



# PNF

POLÍTICA NACIONAL DE  
FORMAÇÃO DO MSTTR

2022

ENFOC ● STTRs ● FETAGs ● CONTAG

Miembros



DIIESE

## **DIRETORIA EXECUTIVA (GESTÃO 2021/2025)**

PRESIDENTE

Aristides Veras dos Santos

VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alberto Ercílio Broch

SECRETÁRIA-GERAL

Thaís Daiane Silva

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Juraci Moreira Souto

SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÁRIA

Alair Luiz dos Santos

SECRETÁRIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Vânia Marques Pinto

SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

Sandra Paula Bonetti

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Edjane Rodrigues Silva

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E  
ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Carlos Augusto Santos Silva

SECRETÁRIA DE MULHERES

TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Morais Costa

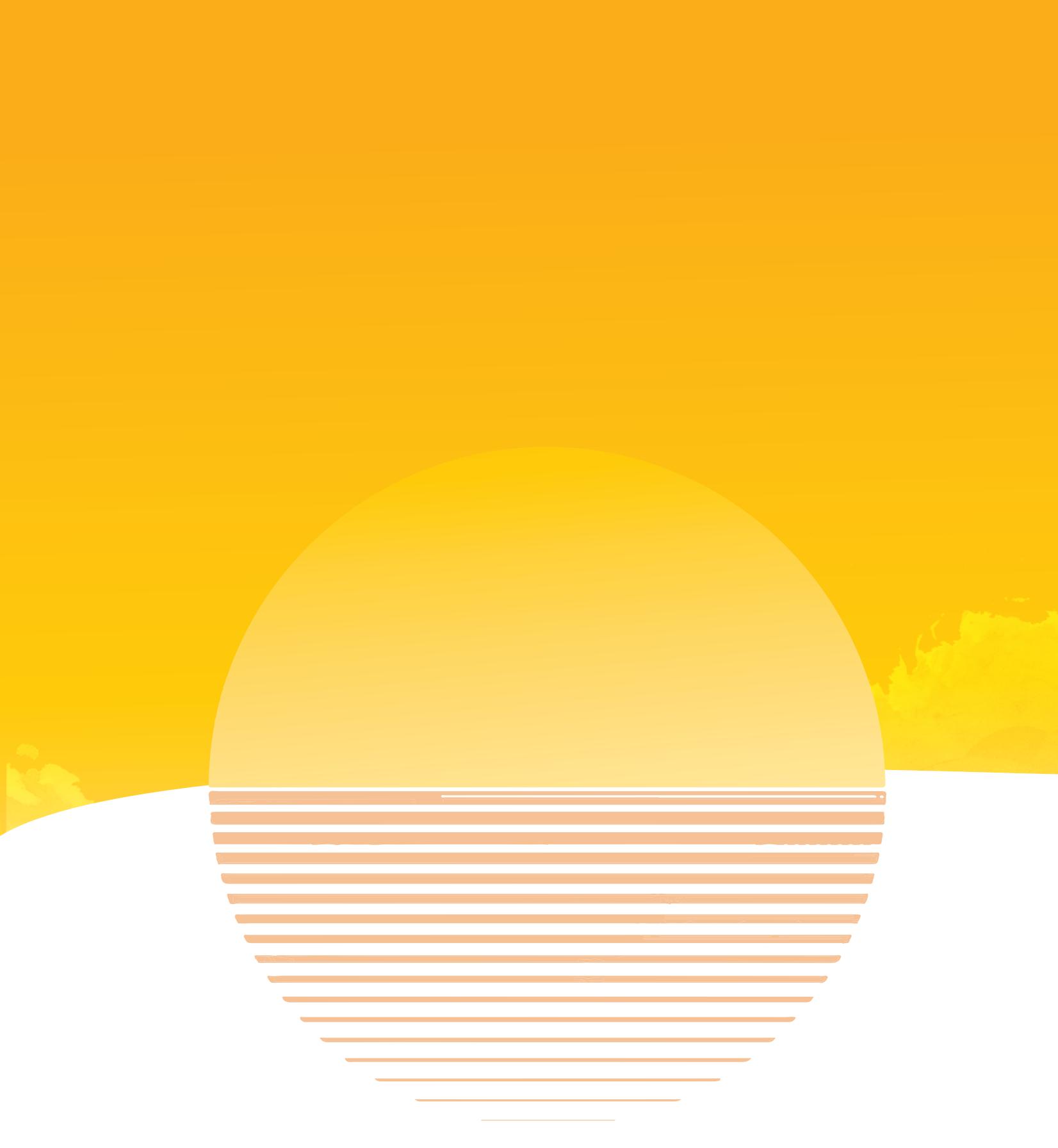
SECRETÁRIA DE JOVENS TRABALHADORES  
E TRABALHADORAS RURAIS

Mônica Bufon Augusto

SECRETÁRIO DE TRABALHADORES E  
TRABALHADORAS RURAIS DA

TERCEIRA IDADE

Antônio Oliveira





# FICHA TÉCNICA

Este documento foi sistematizado a partir das discussões do Grupo de Trabalho da ENFOC, constituído com a finalidade de reelaborar a Política Nacional de Formação – PNF, o Projeto Político Pedagógico - PPP e a estratégia formativa da ENFOC.

**Sistematização:** Raimunda de Oliveira Silva, Maria do Socorro Silva, Maria Rosa de Sousa Rodrigues Martiniano

**Organização:** Raimunda de Oliveira Silva

**Colaboração:** Vilênia Venancio Porto Aguiar, Givanilson Porfírio da Silva e Marleide Barbosa de Sousa Rios

**Revisão:** Leonel Gomes da Silva e Marleide Barbosa de Sousa Rios

**Arte e Diagramação:** Pedro Jardim

**Tiragem:** 2.000 Exemplares

## CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S347r

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.  
PNF: Política Nacional de Formação do MSTTR : 2022  
/ CONTAG. — Brasília, DF: CONTAG, 2022.  
108 p. ;

1. Movimento Sindical. 2. Trabalhadores Rurais.  
3. Política Nacional de Formação. 4. Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. 5. Projeto Político-Pedagógico. 6. Formação do Movimento Sindical.  
7. Estratégia Político-Pedagógica. I. Título.

CDD: 361.98165 D249p  
CDU: 331.105.44

Responsável  
Ginamara de Oliveira Lima  
CRB 10/1204

# Sumário

## 06 APRESENTAÇÃO

## 08 INTRODUÇÃO

## 14 1 O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS RURAIS

- 1.1 História e ação sindical
- 1.2 Organização sindical
  - 1.2.1 Organização específica

## 30 2 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

- 2.1 Relação entre formação e organização sindical
- 2.2 A contribuição dos encontros nacionais de formação para a construção e atualização da Política Nacional de Formação
- 2.3 Instâncias deliberativas e espaços propositivos e de gestão da Política Nacional de Formação
- 2.4 Espaços formativos
- 2.5 Organicidade e gestão da Política Nacional de Formação

## 48 3 REFERENCIAIS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS DA FORMAÇÃO SINDICAL

- 3.1 Princípios
- 3.2 Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
  - 3.2.1 A educação do campo como estratégia da educação popular
- 3.3 Projeto Político-Pedagógico da formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
  - 3.3.1 A educação popular: Paulo Freire
    - 3.3.1.1 O oprimido como sujeito da história
    - 3.3.1.2 A Educação para humanização e emancipação
    - 3.3.1.3 O diálogo como princípio educativo
    - 3.3.1.4 O ser humano como ser histórico e inacabado
    - 3.3.1.5 Horizontalidade de saberes entre educador e educadora e educandos e educandas
    - 3.3.1.6 Fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça/etnia, geração, gênero e religião
    - 3.3.1.7 A mística na luta e na formação
    - 3.3.1.8 A interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos
  - 3.3.2 O materialismo histórico-dialético
    - 3.3.2.1 Construção de novas sociabilidades
    - 3.3.2.2 A reconstrução da mística de mudança social
    - 3.3.2.3 Formação pluralista, classista, crítica e criativa
    - 3.3.2.4 Formação numa perspectiva de ação transformadora
    - 3.3.2.5 A memória como um potencial crítico-transformador na formação

## **68 4 ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO**

- 4.1 Diretrizes
- 4.2 Objetivos
- 4.3 Público e critérios de participação nas atividades formativas
- 4.4 Modalidades da política de formação
- 4.5 Linhas de formação da Política Nacional de Formação
- 4.6 A implementação das linhas de formação
- 4.7 Planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização
- 4.8 Rede de Educadores e Educadoras Populares
- 4.9 Organicidade da formação: aprender a “fazer fazendo”
- 4.10 Financiamento da Política Nacional de Formação

## **84 5 ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG**

- 5.1 A organicidade da Escola Nacional de Formação
- 5.2 Tempos e espaços formativos
- 5.3 Finalidades
- 5.4 Estratégia e itinerário formativo
- 5.5 Eixos e unidades de aprendizagens
  - 5.5.1 As unidades temáticas
    - 5.5.1.1 Unidade temática I – Estado, sociedade e ideologia: projetos de sociedade em disputa
    - 5.5.1.2 Unidade temática II – Vida sindical: história, concepção e prática
    - 5.5.1.3 Unidade temática III – Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
- 5.6 Oficinas de autoformação
- 5.7 Atividades intermódulos
- 5.8 Multiplicação criativa: entrelaçar de práticas e saberes na base
- 5.9 Grupos de Estudos Sindicais e o trabalho de base
- 5.10 A sistematização de experiências em processo
- 5.11 Gestão política e pedagógica da Escola Nacional de Formação
- 5.12 Funcionamento

## **100 6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO**

## **103 REFERÊNCIAS**

# Apresentação

---

## **Revolvendo a terra, semeando e colhendo os frutos**

Quando, ainda em 2019, estávamos construindo o planejamento das ações formativas, não tínhamos noção de que nos anos de 2020 e 2021 fôssemos acometidos por uma pandemia. Tínhamos a tarefa de reelaborar a Política Nacional de Formação (PNF) à luz das deliberações dos últimos congressos da CONTAG referentes à formação política e, para dar conta deste fazer coletivo, fomos nos adaptando às condições da virtualidade. Instalamos o GT ENFOC com participação da Direção da CONTAG, da Equipe Pedagógica da ENFOC e de educadores e educadoras populares da ENFOC que atuam junto às Federações. Esse grupo se reuniu no período de abril a agosto de 2020 para discutir quais eram as alterações a serem feitas ao texto da Política Nacional de Formação (PNF), do Projeto Político Pedagógico (PPP) e a estratégia político-pedagógica da ENFOC para, a partir das discussões, reelaborá-los. A construção levou em conta leituras críticas da realidade contextualizada e comprometida com a ação-reflexão (práxis) autônoma e dialógica que, como nos ensina Paulo Freire, fundamenta o fazer coletivo da produção de conhecimentos.

A PNF é o referencial político-pedagógico que orienta os processos formativos da CONTAG, Federações e Sindicatos, cuja concepção articula-se ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) e ao Projeto Político Pedagógico (PPP), por meio da educação transformadora e libertadora e do desenvolvimento rural sustentável e solidário, como dimensões pedagógicas estratégicas dos processos formativos.

Na PNF, a educação popular e a educação do campo são constitutivas de uma mesma concepção e prática educativa, de valorização de saberes da experiência feitos como nos ensina Paulo Freire (1992), assim como as especificidades e necessidades coletivas dos sujeitos do campo, da floresta e das águas. Estes, ao se reconhecerem enquanto sujeitos históricos, compreendem que sem a luta não se muda a realidade e que sem trabalho de base as organizações sindicais se fragilizam.

O texto que ora apresentamos traz essencialmente princípios, diretrizes e estratégias para o trabalho de base, contextualizado e articulado à organização sindical; o processo e os espaços de construção e gestão; os referenciais político-pedagógicos e metodológicos da formação, modalidades e linhas de formação. Ao final, dedica um capítulo à Escola Nacional de Formação (ENFOC), onde descreve a estratégia, o itinerário, os eixos e as unidades pedagógicas, a intencionalidade da multiplicação criativa, a sistematização de experiências, a gestão e o autofinanciamento das ações de formação da ENFOC.

Destacamos que a opção por elaborar o texto da PNF com certo nível de detalhamento é uma maneira de oferecer às lideranças e educadores e educadoras populares subsídios a serem utilizados nos processos formativos. Esperamos que a PNF contribua com o fazer político-pedagógico e para que os sujeitos políticos exercitem uma leitura crítica da realidade com condições de promover mudanças. Convidamos você a utiliza-la a partir do seu chão e do pertencimento ao Movimento Sindical de Trabalhadores Agriculturas e Agricultoras Familiares – STTRs, FETAGs e CONTAG.

**Boa leitura!**

---

**Aristides Veras dos Santos**

Presidente da CONTAG

---

**Carlos Augusto Santos Silva**

Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG



# INTRODUÇÃO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), fundada em 20 de dezembro de 1963, representa e organiza agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, bem como meeiros(as), comodatários(as), extrativistas, quilombolas, pescadores(as) artesanais e ribeirinhos(as). Todos esses(as) são agricultores(as) familiares. A **diversidade** de sujeitos sociais que a Contag representa revela que sua origem é entrelaçada por trajetórias de lutas e importantes momentos históricos vividos no país.

A Contag, por meio de suas federações e seus sindicatos, desde a sua criação, investe em processos formativos, inicialmente mobilizados por setores progressistas das igrejas, pelo Partido Comunista e por outros agrupamentos políticos que contribuíram com as lutas e a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Houve, contudo, momentos em que a Contag enfatizou temáticas relacionadas à administração, à organização e à estrutura sindical em razão das necessidades de compreensão dos problemas vividos interna e externamente, do

“

Não junto minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.

(FREIRE, 1996, p. 39).

”

fortalecimento de suas práticas organizativas, no dia a dia, como também de suas estratégias de luta e presença no espaço público. Formação e organização andavam juntas, articulando-se, recriando-se e desafiando-se mutuamente.

Para atuar na formação de lideranças e na criação das entidades sindicais, a Contag constituiu, nas três primeiras décadas de sua existência, o Programa de Educação Sindical, em que educadores e educadoras sindicais realizavam diversas atividades formativas em todo o território nacional. Com esse programa, a Contag atuou até segunda metade da década de 1980, em que coexistiram dois processos formativos: um voltado a administração sindical, legislação trabalhista, serviços de assistência jurídica e serviços recreativos e desportistas para sindicalizados(as), visando atender às demandas das entidades sindicais legalmente constituídas; e outro voltado ao trabalho de base. Esse último objetivava organizar oposições sindicais em sindicatos atrelados ao Estado (interventor), como forma de arregimentar forças para resistir à ditadura militar. As atividades de base eram desenvolvidas pelas lideranças e pelos dirigentes articulados às organizações de apoio aos(as) camponeses(as), como as pastorais sociais da Igreja progressista e organizações não governamentais (ONGs).

Outro caminho importante do processo formativo foi o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS). O programa,

que estava voltado à ação sindical de base municipal, orientado pela elaboração de planos de intervenção, formulação, negociação e acompanhamento de políticas públicas, foi criado nos anos de 1990, assim como o Projeto de Pesquisa e Formação Sindical (Projeto CUT/Contag), que contribuiu para a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Referenciados no PADRSS, sucederam-se vários programas e projetos de formação e organização, como também diversas ações estratégicas.

Durante toda década de 1990, anos em que o Brasil viveu intensas lutas em defesa da democracia, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) foi desafiado a se reorganizar internamente e decidiu ampliar e diversificar os espaços de participação, instituindo princípios de gestão democrática e critérios de inserção/organização/participação das mulheres e da juventude trabalhadora rural nas direções das organizações sindicais.

Seguindo a longa trajetória de resistência e lutas construída pelas mulheres trabalhadoras rurais, que remonta ao Brasil Colônia, no MSTTR, a partir da década de 1980, as mulheres conquistaram visibilidade ao construir articulação e organização próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e das desigualdades, para a afirmação de sua

identidade de trabalhadora rural, dos direitos sociais e do pleno exercício de sua cidadania. A partir de então, as trabalhadoras rurais do movimento sindical do campo, da floresta e das águas abraçaram o desafio de articular sua agenda específica com as lutas gerais, a exemplo da luta pela reforma agrária, pelo acesso à propriedade da terra, pelos direitos sociais e pela previdência social.

No que se refere à participação da juventude, a Contag consolidou estruturas específicas para fortalecer as lutas da juventude, como a constituição da Coordenação e Comissão de Jovens nos sindicatos, nas federações e na confederação, e a implementação da cota de, no mínimo, 20% de jovens nas direções das entidades sindicais. Além disso, a promoção debates sobre a sucessão rural na agricultura familiar, a formação da juventude, com cursos, como o Jovem Saber, bem como a luta pelo acesso dos(as) jovens à terra e políticas públicas e sociais para a juventude entraram na agenda política do MSTTR.

O movimento, fortalecido institucionalmente, passou a desencadear um conjunto de lutas que ampliaram as conquistas dos agricultores e das agricultoras familiares e fortaleceram sua capacidade mobilizadora. Nos últimos 20 anos, o MSTTR pressionou, mobilizou, propôs, formulou e negociou com o governo federal e o Congresso Nacional um conjunto de políticas de desenvolvimento rural sustentável, que mudaram a configuração e o lugar econômico, político e social da agricultura familiar no Brasil. É nesse contexto que as mulheres demandam a criação de uma escola de formação específica para elas, e a Contag, em diálogo com elas, delibera, no seu 9º Congresso, a criação da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), para desenvolver processos formativos continuados com o conjunto do movimento. Logo são sistematizados com base nas experiências vividas: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Política Nacional de Formação (PNF).

Ambos, a PNF e o PPP se constituem num conjunto de princípios, fundamentos, diretrizes e estratégias que dão materialidade às práticas político-pedagógicas comprometidas com a transformação do mundo e a emancipação dos sujeitos aprofundadas e sistematizadas ao longo da

## Você sabia?



Bem viver é um conceito de origem dos povos quíchua do Equador e significa vida em plenitude. Saber viver em harmonia e equilíbrio consigo, com os outros, com todos os ciclos da Mãe Terra, da vida e da história. Entre as muitas contribuições, temos da comunidade Sarayaku, na província de Pastaza, Equador, onde se elaborou um “plano de vida” que sintetiza princípios do bem viver.

Segundo Paulo Suess (2010), na construção do bem viver, dois eixos são importantes: o combate contra uma sociedade de classes e privilégios; e o bem viver para sempre, que é viver com memória histórica que dá voz e ouvido aos oprimidos. Isso significa que é preciso combater as injustiças e todos os mecanismos que geram desigualdades.

história. Conforme pode-se ver, mais adiante, no breve histórico sobre os congressos da Contag.

A Enfoc, que nasce dessa construção, atua com os sujeitos sociais que compõem a base organizativa da Contag com intuito de contribuir para o fortalecimento da organização e do projeto da classe trabalhadora. Como diz Paulo Freire (1996), a escola não pode ser para o movimento, ela (a escola) tem de ser do movimento. Uma escola que contribua com a formação de suas lideranças, de sua assessoria, de sua base, de seus parceiros e parceiras; que fortaleça sua ação, sua organização, sua prática; e, principalmente, que suscite reflexão, autocrítica, planejamento do trabalho, repensar das posturas, relações e interações dentro da organização, possibilitando e ampliando o envolvimento de novas pessoas e lideranças da agricultura familiar nos espaços políticos do movimento.

A PNF articula e orienta os processos formativos desenvolvidos pelas diversas secretarias, fomentando as linhas de atuação coerentes com as demandas, as necessidades e os contextos, buscando superar a fragmentação e a superposição de ações formativas e reforçar a identidade político-pedagógica de todas as iniciativas do MSTTR.

Os sujeitos políticos do campo, da floresta e das águas, entendidos como “sujeitos históricos transformadores da realidade” (FREIRE, 2018, p. 56), exigem uma formação ampla e diversificada de conteúdos, abordagens, estratégias e metodologias que os valorizem e os considerem na sua totalidade. Homens e mulheres, nas diferentes fases da vida, demandam políticas diferenciadas, estabelecem relações diversas e, sobretudo, desejam construir um bem viver em bases sociais decentes.

## PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS DÉCADA DE 1950-1960

**Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST)** – Surge no Rio Grande do Sul em 1960 e traz para o centro do debate, não só a resistência pela posse da terra, mas, sim, a ocupação de terras e organização de acampamentos como estratégias de luta pela reforma agrária.

**As Ligas Camponesas** – Se iniciam no final da década de 1950, principalmente nos estados de Pernambuco e da Paraíba, mas é, na década de 1960, que se espalha em outros estados do Nordeste e ultrapassa a região (AL, CE, GO, MA, MG, PR, RJ), com a reforma agrária como bandeira central de lutas.

**União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)** – Foi criada em 1954, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo, tendo como bandeiras prioritárias a reforma agrária e o título de propriedade plena a posseiros.

Ao fazer essa leitura, a Contag define que a PNF deve fundamentar sua concepção a partir da articulação de classe, gênero e raça, visando construir uma nova sociabilidade que ressignifique utopias e mobilize para a construção de uma sociedade mais humana e justa. E os conteúdos da PNF articulam: as frentes de atuação do PADRSS, as trajetórias de lutas dos trabalhadores(as) e as concepções de sindicalismo, sujeitos e identidades.

Assim, a PNF encontra no PADRSS o seu fundamento político, para suas ações, e vai buscar na educação popular, especialmente em Paulo Freire, e no materialismo histórico-dialético, especialmente em Gramsci, seu fundamento pedagógico, epistêmico<sup>1</sup> e metodológico. É esse horizonte político que a PNF toma como referência ao conjugar práxis política e pedagógica, numa perspectiva de subsidiar a ação sindical e a leitura crítica dos sujeitos políticos e das suas organizações.

Toda essa construção se dá nos congressos da Contag, que são espaços privilegiados de debate, avaliações e proposições sobre e para a PNF, em que, a partir da análise do contexto e dos desafios postos para a classe trabalhadora em sua diversidade de gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual, vão suscitando mudanças no PADRSS e, conseqüentemente, na PNF, no PPP, assim como nas estratégias de ação da Enfoc. Afinal, “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o ser humano pode realmente conhecer” (FREIRE, 1992, p. 12).

**1\_** Como os sujeitos apreendem os saberes existentes no meio social e seu diálogo com os saberes sistematizados historicamente. O aprender é uma atividade engajada no mundo.

# O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS RURAIS

## História e ação sindical

Com lutas por afirmação de bandeiras históricas, como educação e saúde enquanto direitos universais, reforma agrária e tributária, os anos que antecederam a fundação da Contag foram de forte atuação político-sindical, principalmente, a partir dos primeiros anos da década de 1960.

Herdeira desse cenário de efervescência política que os(as) camponeses(as) experimentaram antes mesmo da década de 1950, distintas formas de organização para expressar as demandas da classe trabalhadora, a exemplo das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), associações de lavradores(as) e, posteriormente, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), foram decisivas para a constituição do MSTTR no final dos anos 1950.

Sindicatos urbanos, partidos políticos e outras organizações da sociedade civil mobilizavam-se exigindo melhores salários e mudanças estruturais para garantir um processo

### Você sabia?



Em 1963, existiam 475 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) no Brasil, dos quais 220 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Finalmente, em 20 de dezembro de 1963, trabalhadores(as) rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela criação da Contag, que foi reconhecida em 31 de janeiro de 1964.

Por força da exigência legal, as federações existentes foram unificadas em cada estado, passando de 29 para 11, transformando-se em federações estaduais dos trabalhadores na agricultura, estrutura que se manteve até 2018 com a dissociação sindical.



## Você sabia?

O 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como Congresso de Belo Horizonte, foi convocado e coordenado pela ULTAB, em 1961, e reuniu 1.600 delegados e delegadas de vários estados.

de desenvolvimento mais duradouro. Momentos de intensos debates, a exemplo do 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, discutiram e deliberaram sobre temas de profundo alcance político, social e econômico para o campo e para o campesinato.

A reforma agrária por desapropriação, posse e uso da terra pelos que nela desejassem trabalhar; regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural;<sup>2</sup> acesso aos benefícios da Previdência Social; direito de organização; participação no desenvolvimento do país, tendo acesso à educação, orientação técnica, preços mínimos, crédito integral e cooperativismo; além da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre outras, compunham o plano de lutas do Congresso de Belo Horizonte. Muitas dessas deliberações, a exemplo da reforma agrária, fizeram parte da plataforma de reformas de base propostas pelo governo João Goulart, que sanciona o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962.

As décadas de 1950-1970 foram palco de mudanças políticas, econômicas e sociais significativas, sobretudo na América Latina. Era o auge da Guerra Fria e do avanço das ideias socialistas e comunistas, que influenciaram diretamente países como Chile, China, Coréia, Cuba, Nicarágua, Vietnã, além de diversos grupos políticos revolucionários pelo mundo inteiro.

Em 1963, a Contag torna-se a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional reconhecida legalmente. E, em 1964, o presidente da República João Goulart anuncia uma série de reformas de base a serem implementadas no país, entre elas, a reforma agrária. Entre os(as) protagonistas desse processo de avanços das reformas de base, estava o conjunto de movimentos camponeses que deram origem à Contag.

A Guerra Fria teve início logo após a Segunda Guerra Mundial. Foi uma disputa por hegemonia política, econômica e militar no mundo entre os EUA e a União Soviética.

<sup>2</sup> Em março de 1963, o governo de João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214), que garantia, aos trabalhadores(as) do campo, os direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários assegurados aos trabalhadores urbanos.

Esse processo foi interrompido pelo golpe militar-empresarial promovido pelas forças conservadoras, apoiado pelos grandes meios de comunicação e pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA), rompendo com os avanços políticos e democráticos em construção.

Após o golpe civil-militar, em abril de 1964, os movimentos sociais foram reprimidos duramente, com prisões, torturas, exílio e assassinatos de lideranças sindicais rurais e urbanas comprometidas com as reformas de base. A Contag sofreu intervenção. O presidente Lyndolpho Silva e demais diretores foram presos imediatamente, o mesmo acontecendo com outras lideranças sindicais rurais nos estados.

Após a intervenção, foi constituída uma junta governativa, que, durante um ano, administrou a Contag. No ano seguinte, uma diretoria foi eleita para administrar a entidade durante o período de 1965 a 1968, tendo, como presidente, José Rotta.

A intervenção sobre as organizações sindicais dos(as) trabalhadores(as) rurais foi conduzida a partir de um acordo entre militares e **circulistas**, que nomearam juntas governamentais para dirigir as organizações sindicais. Em 1964, foi decretado o Estatuto da Terra, como uma forma de frear os conflitos no campo, trazendo, por um lado, a questão da função social da terra e regras para os contratos de arrendamento e parceria, como resposta às reivindicações do movimento sindical.

A Portaria nº 71, de fevereiro de 1965, do Ministério do Trabalho reconhecia o trabalhador rural enquanto uma categoria profissional, na seguinte perspectiva: “a pessoa física exercendo atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, em regime de economia familiar ou coletiva”.

**O movimento dos Circulos Operários, surgido no início da década de 1930, estava diretamente ligado à Igreja Católica e era marcado por seu caráter de ordem assistencialista, paternalista e conciliatório.**

**O circulismo foi a experiência-piloto da Igreja no meio operário. Pretendia remediar as condições de pobreza em que viviam os trabalhadores ao mesmo tempo em que desqualificava qualquer possibilidade de mudança social pela via da ruptura, deslocando todas as questões do mundo do trabalho para a esfera da cooperação.**

**(MEDEIROS, 1989)**

A “retomada da Contag” vai ocorrer com a eleição em 1967, quando um grupo de oposição à diretoria se organizou, liderado por José Francisco da Silva, e venceu José Rota com a diferença de um voto. Passa, então, a reorganizar o sindicalismo rural no país e trazer bandeiras de lutas dos(as) trabalhadores(as): defesa dos direitos, demanda por reforma agrária e previdência social.

Em 1967, o Rio de Janeiro é transformado em sede da Conferência Nacional Intersindical, congregando representantes dos trabalhadores rurais, bancários, industriários e portuários. Nessa conferência, a defesa da reforma agrária foi unânime, contando com a presença de sindicalistas rurais de quase todos os estados. Foi o início de uma articulação ampla, urbana e rural, de consolidação de uma chapa para concorrer às eleições da Contag.

Após a eleição, foi elaborado o Plano de Integração Nacional (PIN). O PIN elegeu a reforma agrária como uma das bandeiras de luta capaz de propiciar a unidade do movimento, pois seria de fundamental importância não apenas para os diretamente envolvidos nos conflitos pela terra, mas também para o “pequeno produtor e o assalariado”, assim denominados na época.

Com o PIN, a Contag iniciou um contínuo trabalho de conscientização dos(as) trabalhadores(as) rurais acerca dos seus direitos. Por meio de cursos sobre a realidade brasileira, a legislação trabalhista, agrária e agrícola, o cooperativismo e a organização sindical. Nesse período, a forma de comunicação com a base era através do jornal periódico mensal *O trabalhador rural*,<sup>3</sup> apresentando análises sobre a conjuntura nacional e sugerindo encaminhamentos para reflexão nos estados.

---

<sup>3</sup> \_ Jornal periódico da Contag, amplamente utilizado para informar e formar lideranças por todo o país. Circulou de 1974 até a década de 1990.

No referido jornal, uma das reflexões centrais era sobre a organização sindical, apresentada com o lema “Sindicalismo Autêntico, é Sindicalismo Livre”, para denunciar a intenção de cooptação do governo através do assistencialismo.

Os cursos eram espaços de discussão sobre direitos trabalhistas e reforma agrária. Também estimularam a elaboração de boletins e programas de rádio pelas federações, visando à consolidação do movimento na base e junto à sociedade brasileira.

A ação sindical, naquele momento, pautou-se pela denúncia sistemática, nos níveis nacional e internacional, da disparidade entre o Brasil que se industrializava de forma acelerada e aquele que aumentava as desigualdades sociais, a concentração fundiária, a expulsão dos(as) trabalhadores(as) das suas terras, a violência e a opressão no campo.

Esse momento é o berço do chamado Novo Sindicalismo, movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto da ditadura, e a emergência de lideranças com experiências inovadoras que passaram a questionar o modelo sindical vigente. Pautou-se também pela articulação com as **lutas gerais** da sociedade, as mobilizações e as greves que retornavam, entre elas, a dos metalúrgicos e dos canavieiros do Nordeste, em 1979.

Mesmo em plena ditadura, a Contag se consolidou e deu visibilidade nacional ao sindicalismo de trabalhadores(as) rurais e explicitou as demandas de quem vive e produz no campo. Articulou-se às grandes lutas pela redemocratização do país e contribuiu para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Nesse período, diversos movimentos — além de personalidades — constituíram o Movimento Nacional pela Redemocratização, que passou a



**Lutas gerais da sociedade: a luta pela redemocratização do país, a luta por anistia ampla, geral e irrestrita, a campanha pelas eleições diretas, a luta por liberdade de expressão, entre outras bandeiras que unificavam a sociedade civil organizada.**

coordenar ações organizadas que, antes, estavam dispersas em vários movimentos e atores sociais, dando uma maior dimensão a tais reivindicações. Tais ações impulsionam a luta pela reconquista do estado democrático de direito a avançar a passos largos, tendo como bandeiras o fim do “entulho autoritário”, a anistia ampla geral e irrestrita, eleições diretas para governadores e prefeitos, eleições diretas para presidente da República, uma Assembleia Nacional Constituinte, entre outras bandeiras (MEDEIROS, 1989).

O período de 1980 a 2000 foi de grande efervescência política. Com a redemocratização do país, as organizações dos trabalhadores(as), especialmente o MSTTR, tiveram presença marcante nas ruas, reivindicando políticas para o campo e denunciando a exploração dos(as) trabalhadores(as). Enfatizavam-se o papel do sindicato como representação de classe e a reafirmação de bandeiras de luta históricas, conquistas dos direitos e a necessidade de articular a luta do campo e da cidade.

Com essa postura política, o movimento liderado pela Contag busca atender a outras dimensões e necessidades do ser humano, como o acesso universal à saúde, à previdência e à assistência social e a uma educação de qualidade, buscando enfrentar a visão corporativista, imediatista e assistencialista da ação sindical.

A Contag atuou ativamente na construção da luta **contra-hegemônica**, na resistência e na denúncia da ditadura, no processo de redemocratização da sociedade, na defesa de eleições diretas, sobretudo estimulando a consciência crítica e política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa ação sindical torna a Contag diferente das demais confederações criadas antes da redemocratização do país, não apenas por sua transparência política e pela ampliação da

**A luta contra-hegemônica contrapõe-se à lógica hegemônica capitalista dominante — a concentração da riqueza e das terras, a degradação ambiental, a exclusão social, o individualismo, a lógica do lucro sobrepondo-se à vida, bem como a direção dada pelos grupos conservadores à sociedade e à política.**

participação das bases nas suas decisões. Difere, principalmente, pela contraposição ao ideário neoliberal na prática cotidiana, colocando os sujeitos sociais e coletivos do campo como centro de suas ações políticas e sindicais.

Durante a década de 1990, o modelo neoliberal ampliou ainda mais as desigualdades sociais, com mais pobreza, destruição e flexibilização do trabalho, avanço do agronegócio como modelo de agricultura, o que aumentou o processo de êxodo rural, a negação dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais em sua diversidade produtiva e cultural.

Para se contrapor a essa realidade o MSTTR concebeu o PADRSS, que traz, como elementos centrais, a valorização dos sujeitos do campo e da floresta e das águas; a reafirmação da realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa; a reafirmação da agricultura familiar como a base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável e solidário; o compromisso com a justiça, a autonomia, a igualdade e a liberdade para as mulheres; o compromisso com a defesa das políticas públicas e sociais; e a valorização da juventude e da terceira idade na organização e na luta sindical, na dimensão produtiva e na defesa de políticas públicas específicas.

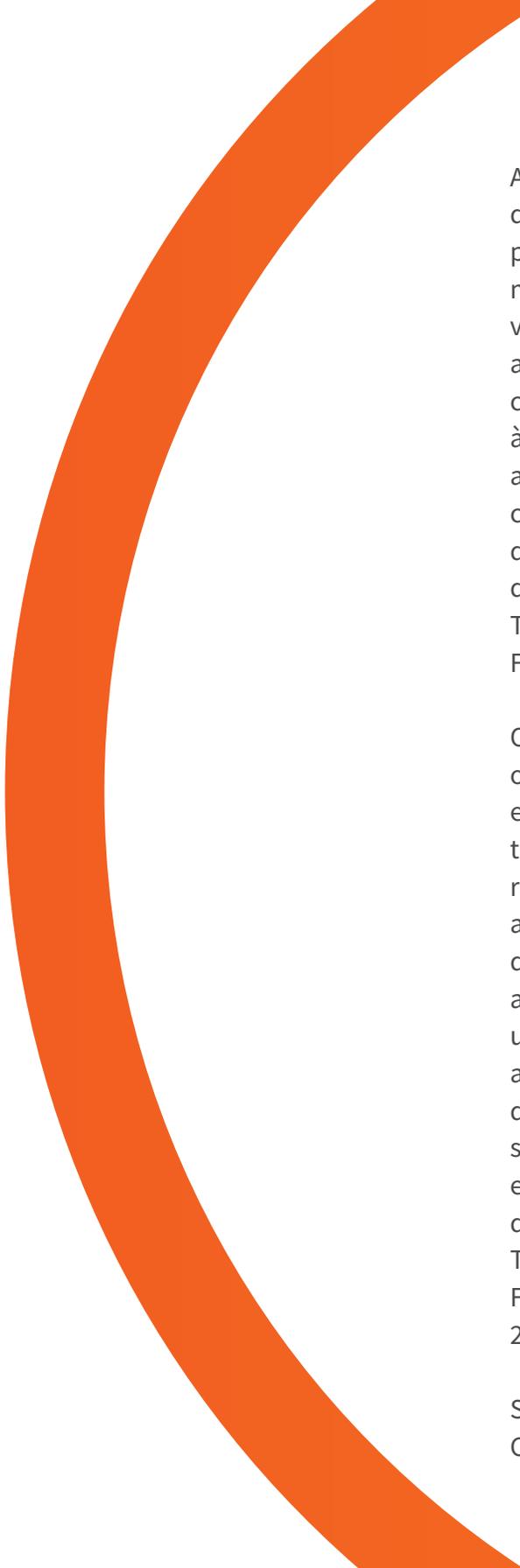
A luta pela conquista da terra e por manter-se na terra, em suas diferentes formas de expressão e momentos da vida da sociedade brasileira, tem se instituído o centro de convergência das ações e das relações dos oprimidos do campo que esse movimento reuniu e instituiu como militância. Para mantê-la vigorosa e intensa, não há como o movimento se descuidar da formação permanente dessa militância, esteja ela integrando as direções (sindicatos, federações e confederação), atuando em diferentes espaços (secretarias, liderança e animação de grupos) ou nas bases comunitárias.

### Você sabia?



O termo agricultura familiar foi adotado pelo MSTTR a partir do 6º CNTR, realizado em 1995, tornando-se referência para a construção conceitual de identificação dos sujeitos no processo de desenvolvimento rural sustentável orientado pelo PADRSS e para ajustes na legislação e para conquista de políticas públicas específicas. A luta pela visibilidade das mulheres trabalhadoras rurais nas estruturas e nas instâncias do movimento levou à mudança na sigla do movimento, a partir do 9º Congresso, em 2005, passando para MSTTR e STTRS.

PADRSS – Projeto político construído e implementado pelo MSTTR para se contrapor ao modelo neoliberal, que propaga um desenvolvimento conservador, excludente e concentrador de terra e renda, a privatização das empresas públicas e o desmonte dos direitos sociais.



A renovação da ação e da prática sindical tem sido foco de intensos debates a partir do golpe praticado contra a presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016, quando várias medidas tomadas pelos governos se seguiram e afetaram a vida dos agricultores e das agricultoras familiares, bem como a organização e a sustentabilidade das entidades sindicais. A correlação de forças tem se mostrado bastante desfavorável à classe trabalhadora, sendo necessário fortalecer a atuação junto à base tanto para assegurar os direitos e as condições de desenvolvimento para a agricultura familiar quanto para garantir a sustentabilidade político-sindical do sistema confederativo (12º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2017).

O contexto atual exige entidades atuantes, com forte organicidade e representatividade, mais bem estruturadas e com capacidade para organizar e defender os(as) trabalhadores(as) rurais, agricultores(as) familiares, reafirmando e implementando o PADRSS, em contraponto ao agronegócio e ao projeto ultraliberal. Sabe-se que, mais do que nunca, no Brasil de hoje, enfrentar os debates sobre as políticas de valorização da agricultura familiar, enquanto um direito dos(as) agricultores(as) familiares que cultivam a terra para produzir alimentos, e construção das condições de permanência no campo com qualidade de vida passou a ser uma questão imperativa para esses(as) agricultores(as), e a formação da Enfoc/Contag precisa se ocupar mais disso nos próximos anos (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG, 2021).

Somado a isso, é importante reforçar as relações com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados

e Assalariadas Rurais (CONTAR), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação (UITA), a Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (Coprofam) e a Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL), para a construção de laços de solidariedade e cooperação, fortalecendo a organização sindical da classe trabalhadora (13º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2021).

## Organização Sindical

O MSTTR compreende a organização sindical como meio (instrumento) que articula as lutas gerais e históricas da classe trabalhadora, com as demandas específicas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não como um fim em si mesma, mas articulada pela luta concreta e cotidiana e, ao mesmo tempo, articuladora dessa luta.

Quando foram criados os primeiros sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais<sup>4</sup>, ainda na década de 1930, Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, logo essas organizações se constituíram em polo aglutinador de mobilizações e lutas.

Somente em 1944, com o Decreto nº 7.038<sup>5</sup>, que o Estado autoriza, de forma explícita, a sindicalização rural, mas a regulamentação do sistema confederativo no campo só se deu por meio das portarias nº 209-A e nº 355-A, ambas de 1962, reconhecendo quatro categorias profissionais: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares,

4\_ Os primeiros sindicatos foram de Campos (RJ) e Ilhéus (BA), com uma pauta sindical marcadamente voltada para as demandas dos assalariados rurais.

5\_ O presidente Vargas instituiu o Decreto nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, autorizando a organização sindical rural e estabelecendo que cinco sindicatos pudessem formar uma federação e três Federações pudessem criar uma confederação. Estende-se ao meio rural o que já era realidade no meio urbano.

trabalhadores na produção extrativa rural e produtores autônomos<sup>6</sup>.

Buscando ampliar sua base sindical, que historicamente contou com forte influência de setores progressistas<sup>7</sup>, o governo militar define o enquadramento sindical de uma única categoria — a de trabalhadora rural, por meio da Portaria nº 71, de fevereiro de 1965, do Ministério do Trabalho.

Para a Contag, esse momento representou mais um desafio a ser superado para a construção de uma organização nacional no campo. Desde então, sempre que as necessidades da categoria trabalhadora rural exigiam, a estrutura organizativa foi sendo recriada para atendê-la e para fortalecer a organização sindical do MSTTR.

Um exemplo dessa recriação foram as primeiras eleições congressuais. Mesmo quando legalmente as eleições de entidades de terceiro grau (confederações) ocorriam em assembleias do Conselho Deliberativo, a Contag já realizava eleições congressuais e apenas as referendava nas assembleias do Conselho Deliberativo.

As delegacias sindicais e os conselhos de base nos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTRs), de polos ou regionais sindicais nas federações dos trabalhadores na agricultura (Fetags) e de coordenações regionais na Contag, que chamaremos de organização horizontal, representam essa recriação. Contribuem para a ampliação da participação, além de constituírem-se enquanto espaço de formação na ação.

A constituição de secretarias e coordenações, além de representar a ampliação da direção das entidades sindicais, contribuiu enormemente para dar visibilidade e importância

**Organização horizontal são espaços políticos e coletivos de elaboração, de proposição e de encaminhamentos das lutas do MSTTR. Não se configuram como sobreposição à estrutura vertical, visto que são espaços que retroalimentam essa estrutura.**

**6\_**Englobando pequenos proprietários, arrendatários e autônomos, desde que explorassem atividade rural em regime de economia familiar ou coletiva sem agregados.

**7\_**Inicialmente da Igreja Renovada e, a partir da década de 1970, da Igreja da Teologia da Libertação, dos partidos comunistas, da Ação Popular, entre outros.

estratégica na agenda sindical às diversas demandas da categoria, especialmente as relacionadas às questões ambientais, às mulheres, à juventude e a pessoas da terceira idade e idosas.

Outro exemplo de recriação da organização sindical foram os coletivos e as comissões. Espaços inovadores na prática sindical, constituídos por dirigentes e assessorias, oportunizam a reflexão, o debate e a elaboração de proposições às questões específicas vivenciadas no cotidiano sindical, remetendo-as aos espaços deliberativos do movimento.

O MSTTR reinventa e ressignifica sua organização sindical, articulando:

**a)** a história da organização, as lutas e conquistas, estrutura e cultura sindical — **o passado;**

**b)** a realidade estrutural e conjuntural em que estão inseridos os trabalhadores e as trabalhadoras rurais e suas demandas — **o presente;**

**c)** o projeto político do movimento – o PADRSS, o quê, como e aonde se quer chegar — **o futuro.**

A organização sindical ganha maior importância estratégica com a construção e o desenvolvimento do PADRSS. Passa a se constituir enquanto espaços de articulação, de debate político e de proposição na perspectiva de construção de **novas sociabilidades.**

O movimento estabelece referenciais necessários para a construção do PADRSS, dando visibilidade à participação e à representação dos diversos sujeitos que compõem a

**Novas sociabilidades correspondem a uma práxis social humanizadora que articula, dialeticamente, a matriz marxista (sob o pensamento de Antonio Gramsci), a teologia da libertação (segundo Gustavo Gutiérrez) e a pedagogia crítico-libertadora (formulada por Paulo Freire) para possibilitar a construção de sujeitos críticos, promotores de mudanças em sua realidade e na sociedade em geral. Fazem dessas matrizes fontes inspiradoras para o desenvolvimento de processos formativos libertadores e transformadores, capazes de radicalizar as bases estruturadoras do modelo de sociedade.**

base de representação sindical. Além disso, potencializa a formulação de políticas e estratégias de transformação social, articulando-se aos referenciais históricos de luta por uma sociedade justa, igualitária, solidária, sem discriminação e preconceito de qualquer natureza.

A participação dos diversos sujeitos fortalece a democracia interna e os mecanismos e os instrumentos de monitoramento, bem como contribui para tornar a gestão transparente e democrática. Essa mudança promove ajustes tanto na organização quanto na ação sindical do MSTTR, demandando desprendimento e ruptura com a cultura política de competição. Possibilita a afirmação da cooperação e da solidariedade como base para os processos de transformação social desejados. Requer mudanças profundas de comportamento e de mentalidade das lideranças e das assessorias sindicais, de modo a permitir a construção coletiva de sujeitos críticos comprometidos com a mudança de realidades.

Imbuídos dessa compreensão que se articula com sua missão estratégica, a Contag, juntamente com as federações e os sindicatos, reafirma e estimula práticas sindicais que, em alguns casos, não encontram precedentes na história do movimento sindical brasileiro. Entre elas, a renovação de 30% das direções nos processos eleitorais, a não permanência do(a) dirigente em um mesmo cargo de direção por mais de dois mandatos consecutivos, bem como, ainda, o impedimento de candidatura de chapa que não contemple a paridade de gênero, cotas e de, no mínimo, 20% de representação da juventude e de pessoas da terceira idade e idosas.

A **ética** sindical, valor e princípio agregador de boas práticas político-sindicais, expressa a intencionalidade política presente na proposta em construção, de uma ética centrada na solidariedade e na cooperação entre jeitos de ser e de ver o mundo, mediados pelos princípios e pelos fundamentos presentes na missão da Contag.

O MSTTR tornou-se um sistema complexo, com grande abrangência e um público diverso. Essa complexidade requer uma permanente sintonia e articulação entre as instâncias que o compõem. Desafio sempre presente nos planejamentos e nas estratégias do movimento.

OMSTTR vem recriando sua organização e, conseqüentemente, seu “fazer sindical”, seja a partir das demandas postas pelo contexto político-econômico-social, com ampliação das suas frentes de luta, seja dando visibilidades aos diversos sujeitos políticos e sociais que o compõem, seja ampliando e consolidando os espaços de construção coletiva, formulação e deliberação.

## **Organização específica**

Com base no princípio da unicidade sindical, em todos os espaços deliberativos em que se debateu sobre a questão da constituição ou não de entidades específicas para os assalariados e as assalariadas rurais e para a agricultura familiar, sempre foi vencedora a posição da manutenção de ambos em uma mesma organização, como ocorreu, inclusive, no 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), em 2013, reafirmando o caráter múltiplo da categoria, mas também a necessidade de unidade de representação do conjunto de sujeitos na mesma estrutura sindical. No entanto, o próprio 11º CNTTR reconheceu as pressões externas, cada vez mais fortes, para mudanças na estrutura sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, determinando a realização de um Conselho Deliberativo Extraordinário Ampliado da Contag para discutir a questão frente às mudanças na conjuntura.

**A ética sindical é a busca de compromissos básicos de convivência que assegurem a dignidade humana, o respeito à diversidade, a honestidade no emprego do patrimônio construído coletivamente e a defesa dos interesses dos(as) trabalhadores(as). É uma construção coletiva, que passa por mudanças à medida que novos temas vão sendo colocados na pauta da discussão sindical.**

**Dissociação sindical diz respeito ao direito que as entidades sindicais possuem de “se dissociar e dar origem a novas entidades, de acordo com as necessidades e a vontade dos integrantes da categoria por elas representadas” (11º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2013, p. 322).**

**É atividade prevista por lei, no art. 571 da Consolidação das Leis do Trabalho: “desde que o novo Sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente” (BRASIL, 1943).**

A principal pressão externa foi exercida pelo Poder Judiciário, que firmou claro entendimento de ser a categoria trabalhadora rural uma categoria eclética, ou seja, aquela que integra mais de uma categoria específica, estabelecendo que a criação de entidades de representação de assalariados e assalariadas rurais ou de agricultores e agricultoras familiares no campo não fere o princípio constitucional da unicidade sindical. Outra fonte de pressão externa foi o Ministério do Trabalho e Emprego, que passou a reconhecer as entidades específicas sem questionamento dos processos que levou a sua criação.

Diante desse cenário, o Conselho Deliberativo Extraordinário Ampliado, aprovado pelo 11º CNTTR, deliberou pela necessidade de estruturar dois **sistemas sindicais autônomos**: um para representação sindical de agricultores e agricultoras familiares (Contag); e outro para representação dos assalariados e assalariadas rurais, a Contar, que foi fundada em Brasília (DF), no dia 31 de outubro de 2015, por ocasião da realização do 1º Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais.

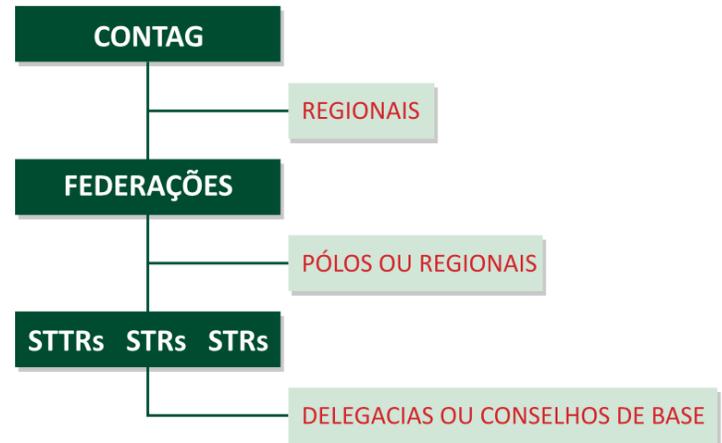
A Contag também realizou seu processo de alteração estatutária para representar a categoria específica da agricultura familiar durante a assembleia do Conselho Deliberativo ocorrida em 8 de abril de 2016, cujo registro sindical de alteração da representação estava tramitando no Ministério do Trabalho, no período do 12º CNTTR, em 2017. Desde então, a Contag passou a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, assim como muitas federações e sindicatos a ela filiados.

Segundo dados sistematizados por ocasião do trabalho realizado através das oficinas de base, a base político-organizativa da Contag é composta por 26 federações estaduais, uma federação do Distrito Federal e Entorno, cerca de 3.800 sindicatos, cuja abrangência alcança mais de 4 mil municípios, além de cinco coordenações regionais e 242 polos e regionais sindicais nos estados.

Quanto à Contar, consta nos registros que sua criação foi feita pelas federações de trabalhadores assalariados rurais dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro, e, de lá para cá, passaram a integrar sua base as federações dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Juntas, essas federações reúnem mais de 600 sindicatos de trabalhadores assalariados e assalariadas rurais, que vêm se fortalecendo a cada dia, apesar dos impactos das reformas aprovadas no país nos últimos anos.



As delegacias sindicais e os conselhos de base nos STTRs, de polos ou regionais sindicais nas Fetags e de coordenações regionais na Contag, constituem a **organização horizontal** dos sindicatos, das federações e da Contag e contribuem para a ampliação da participação dos agricultores e das agricultoras familiares, além de se constituírem como espaços importantes para a formação política e o trabalho de base.



Tanto os sindicatos quanto as federações e a Contag se organizam por meio de secretarias específicas que, além de representar a ampliação das direções das entidades sindicais, contribuem para dar visibilidade aos diferentes sujeitos sociais e políticos que constituem o campo brasileiro, como também as pautas e bandeiras de lutas específicas.

Integrados às secretarias, existem os coletivos e as comissões específicas que dedicam às frentes de atuação coordenadas pelas respectivas secretarias. Os coletivos são compostos por dirigentes e assessorias, que socializam às questões referentes às vivências do cotidiano da vida e da organização sindical, acumulam as discussões e formulam as estratégias que serão discutidas e deliberadas nas instâncias do movimento. Estes coletivos se reúnem sempre que necessário.



# A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

---

O MSTTR, ao longo desse processo de formulação e efetivação da PNF, sempre manteve, nos seus espaços deliberativos — congressos e conselhos — e nos espaços de formulação — encontros nacionais de formação (Enafor) —, o debate permanente sobre os princípios educativos da teoria da formação humana e as estratégias político-pedagógicas.

Desse modo, a formação assume dimensões políticas, conceituais e metodológicas, capazes de estimular, orientar e pensar a prática, numa visão sistêmica e continuada. O desafio de formar um(a) educador(a)-militante-dirigente que seja capaz de colaborar na construção de conhecimentos socialmente significativos para sua prática sindical, ou, nos dizeres de Gramsci (1968), de “tornar crítica uma atividade já existente”, exige que a formação dele(a) tenha uma sólida base teórica e uma vinculação direta com o projeto político da organização da qual participa.

Para responder às demandas decorrentes da ampliação dos espaços de direção, principalmente, a partir da cota de participação de, no mínimo, 50% de mulheres nos espaços de formação e da adoção do princípio da paridade de gênero nos espaços de direção, assim como das cotas de jovens e das pessoas idosas, é preciso construir um processo de formação política permanente e continuado.

Essa permanente ressignificação do “fazer pedagógico”, incorporado à diversidade local, estadual e regional, torna a PNF um conjunto de princípios e de referenciais transformadores e libertadores, não se representando em um documento apenas. Nesse sentido, a Enfoc, as secretarias e as coordenações, sejam nas Fetags ou na Contag, são espaços privilegiados de experimentação, desenvolvimento e aprimoramento permanente da PNF, na perspectiva de consolidar essas intencionalidades.

## Relação entre formação e organização sindical

A partir da retomada da direção política da Contag, em 1968, o debate sobre a formação já entra na pauta. Com forte estímulo à alfabetização,<sup>8</sup> pois se analisava que a aprendizagem da leitura e da escrita facilitava o processo de formação de lideranças de base. Na tentativa de organizar o enfrentamento ao coronelismo, às oligarquias e ao latifúndio, superar a dificuldade de acesso às informações, além de estimular e fortalecer a identidade e a autoestima do campesinato.

A educação sindical era voltada para a organização e a estruturação das entidades sindicais, buscando a organização dos sindicatos e das federações para superar as divergências de concepções que foram inseridas no movimento pelos interventores, impostos pela ditadura militar, para renovar o sindicalismo e para realizar processos massivos de alfabetização.

**8\_** Esse era um momento no qual o Brasil vivia uma efervescência de movimentos de alfabetização e cultura popular na perspectiva de contribuir com uma estratégia de desenvolvimento.

Duas características dessa ação formativa explicitam esse momento. A primeira era a relação direta dos(as) dirigentes com as comunidades rurais e a ênfase no trabalho de base. A segunda era a luta de classe enquanto centralidade de

sua ação política, vinculando a luta pela terra e a defesa dos direitos trabalhistas.

Durante a **democratização** do país (década de 1980), ocorreu uma retomada da formação sindical. Essa retomada esteve focada nas demandas de assalariados e assalariadas rurais. Desse modo, com a colaboração do Dieese, a Contag desencadeou intenso processo educativo voltado para as lideranças e dirigentes sindicais. Esse processo abordava temas como: negociação coletiva de trabalho, acordos e convenções coletivas de trabalho, campanhas salariais e política sindical, com a realização de encontros e cursos nacionais e estaduais.

No 3º Congresso da Contag, (1979), sinalizava-se que um processo formativo deve ser constante e crescente e deve conduzir o trabalhador à transformação de sua realidade. É através da prática sindical que o trabalhador vivencia as experiências de **transformação**.

Para Marx, a transformação social é resultado das lutas de classes e, em um determinado modo de produção, existem possibilidades históricas que são derivadas da potencialidade expressa em classes sociais determinadas. As classes sociais exploradas constituem as principais potencialidades históricas de transformação social e criam tendências históricas de transformação social.

A retomada de entidades, que estavam nas mãos de setores conservadores e interventores, descomprometidos com a categoria, por meio de organização de oposições sindicais para concorrer às eleições, marcou a formação de novas lideranças e dirigentes que passaram a assumir a direção dos sindicatos e federações.

**Democracia é o regime político em que a soberania é exercida pelo povo. Diz-se que um sistema é democrático desde que sejam respeitados os princípios que protegem a liberdade humana e baseado no governo da maioria, associado aos direitos individuais e das minorias.**

**Assim, na democracia, precisa haver princípios que orientam a atuação dos governos, que devem ser eleitos pela participação popular, para que estes garantam o respeito às liberdades e aos direitos humanos e cumpram a vontade geral da população.**

**Consta no art. 1º da Constituição que o Brasil é um estado democrático de direito (BRASIL, 2022).**

**Mas os direitos relativos a uma democracia plena com liberdades para todos e todas ainda é pauta central da luta dos movimentos**

**A concepção neoliberal foi formulada pela primeira vez em 1947 por Friedrich August von Hayek. Essa concepção partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade. Tinha como fundamento a crença na liberdade baseada na propriedade privada e no mercado competitivo. Mas a política econômica neoliberal foi aplicada inicialmente pelos governos de Margareth Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos), a partir dos anos 1980.**

**A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas de bem-estar social têm sido muito comuns na realidade dos países (HARVEY, 2008).**

O restabelecimento da democracia aponta para a necessidade de bandeiras unitárias e nacionalmente articuladas. Desponta, no 5º Congresso da Contag (1991), como demanda concreta do MSTTR, a construção de um projeto político que fosse alternativo à realidade excludente e neoliberal que ganhava hegemonia a partir do governo Collor. Essa racionalidade toma conta inclusive do Estado, submetendo todas as esferas da vida à lógica econômica da competição. O neoliberalismo transforma o sujeito de direito em capital humano.

Com o **neoliberalismo**, todos os direitos sociais são abolidos, incluindo o direito à educação, e são transformados em serviços, comprados e vendidos no mercado. Para os neoliberais, cabe à educação apenas formar o sujeito competitivo, o empresário de si mesmo, aquele que é para si próprio seu produtor, a sua fonte de renda, isto é, o sujeito considerado capitalista porque passa a adquirir conhecimentos e habilidades que têm valor econômico. Isso desafia a formação sindical a elaborar uma política sistemática, permanente e orgânica.

O 6º Congresso, realizado em 1995, na discussão sobre formação já colocava que: “A concepção pedagógica que orienta a ação de formação sindical da Contag parte dos mesmos princípios da educação popular. A formação é um processo que viabiliza a permanente construção de uma prática sindical classista” (6º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 1995, pp. 100-101). Nesse sentido, ressaltava a importância do Projeto CUT/Contag, de pesquisa e formação sindical em curso, para elaboração de uma proposta, e trazia como proposição: “Construir uma Política Nacional de Formação para viabilizar o alcance dos objetivos imediatos e estratégicos da Contag” (6º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 1995, pp. 100-101).

A realização do Projeto CUT\Contag foi um dos instrumentos que contribuiu para a construção do que viria a ser o PADRSS. A realização de cinco seminários regionais sobre desenvolvimento rural, envolvendo dirigentes e assessorias sindicais, estudiosos de destacadas universidades e entidades parceiras, também contribuiu para fundamentar os princípios e fundamentos do PADRSS.

O 7º Congresso, realizado em 1998<sup>9</sup>, em pleno auge da implementação do neoliberalismo no Brasil, aprova o PADRSS e sinaliza que “a formação será estratégica para levar a proposta do Projeto Alternativo para as bases do Movimento” (7º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 1998). Para isso, se fazia urgente articular o Coletivo de Formação da Contag e todos os processos formativos desenvolvidos pelas suas secretarias.

A formação sindical incorpora como referência os **paradigmas** da educação popular, da educação do campo, do marxismo. O conceito de desenvolvimento sustentável, que foi incorporado ao projeto do MSTTR, envolve mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas e, fundamentalmente humanas. O que nos leva a refletir sobre identidade coletiva, território-pertencimento. A discussão sobre os direitos humanos, sociais e trabalhistas, as discussões sobre o feminismo e a participação das mulheres, a autonomia e a liberdade sindical entram na pauta do movimento.

A aprovação do PADRSS no 7º Congresso da Contag, em 1998, trouxe uma referência política-pedagógica nacional para a formação sindical. Esse referencial suscitou uma formação como meio de fortalecer a ação sindical em suas diferentes dimensões — de base, estadual, regional e nacional —, que estabelecesse um diálogo orgânico com a organização e seus sujeitos na sua diversidade de gênero, de geração, de raça/etnia, produtiva, cultural e regional. A partir daí, pode-

**Paradigma é uma forma de pensar que comporta fatores psicológicos, filosóficos e políticos partilhados e defendido por um grupo. É composto por teorias, experiências, métodos e instrumentos que organizam a realidade, as práticas e as organizações e permitem, aos seus membros, compreendê-las e intervir nelas para sua manutenção ou mudança. Para maior aprofundamento, ver *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn (1962), e pela mão de Alice: *o social e o político na pós-modernidade*, de Boaventura Sousa Santos (1994).**

se afirmar que a formação sindical vivia outra retomada. As lideranças de base e direção intermediária, voltam a ser o público da ação formativa. Nessa retomada, um processo formativo que merece destaque é o PDLS. Esse programa trouxe algumas novidades:

- a)** a ação formativa ocorria no local e com o público local;
- b)** o foco eram as políticas públicas, seu controle, gestão, proposição e negociação;
- c)** o PADRSS foi o fio condutor de toda a ação;
- d)** o estímulo à construção de parcerias e alianças no nível local;
- e)** o estímulo à intervenção qualificada junto ao poder público local.

A formação sindical se transformou em uma ação-meio. O PADRSS estimulou a Secretaria de Formação e as demais secretarias da Contag a proporem estratégias articuladas de implementação das demandas específicas.

O 8º Congresso, realizado em 2001, reafirma a importância do Coletivo Nacional de Formação para coordenação da formação e articulação das ações provenientes tanto do Projeto de Pesquisa CUT/Contag quanto do PDLS dos quais provém informações importantes para iniciar o debate sobre a PNF. Ao mesmo tempo, as mulheres trabalhadoras rurais, que vinham conquistando espaços de participação nas direções e também nos espaços de formação, se fortaleceram, e, no pós-Marcha das Margaridas de 2000, o desenho de uma Escola de Formação das Mulheres do Movimento Sindical começa

a ganhar força. Foi da efervescência do debate político das mulheres, realizado na Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 2004, que surgiu, com potência e viabilidade política, a ideia de criação de uma escola para fazer a formação política para as mulheres. Posteriormente, o 9º Congresso da Contag, em 2005, discute e delibera sobre a criação da escola, mas para todos os sujeitos políticos do movimento.

Após o 9º Congresso, em 2005, a Contag realiza o 1º Enafor. Este, além de apontar as bases da PNF e do PPP, propõe um desenho de uma escola da Contag **orgânica** ao movimento,<sup>10</sup> que propiciasse a formação política, processual, classista e de continuidade de dirigentes, lideranças de base, assessores(as), numa perspectiva crítica militante articulada aos contextos políticos e aos desafios postos à classe trabalhadora, contribuindo, assim, para a socialização, o aprofundamento e a implementação do PADRSS.

O 10º CNTTR, em 2009, enfatizava uma formação político-sindical classista que possibilitasse discutir elementos históricos, conceituais e de concepção do sindicalismo no campo, somando-se à formação de temáticas específicas das bandeiras de lutas do movimento. Segundo os *Anais* desse congresso,

A Enfoc – Escola Nacional de Formação Político-Sindical da Contag é responsável por articular e promover as condições necessárias para a implementação da PNF, num amplo diálogo com as diversas áreas de atuação do MSTTR. Para realizar essa tarefa política desafiadora a ENFOC deve ser capaz de combinar o caráter de organicidade ao MSTTR com a capacidade de exercício crítico, condição essencial para realizar plenamente o seu papel estratégico. (10º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2009, p. 48).

10\_ Para elaboração do PPP a ser discutido com o movimento, o Conselho Deliberativo propôs o grupo de trabalho constituído: pelos dirigentes Manoel Santos, David Wylkerson, Juraci Souto e Raimunda Damascena; por uma equipe de assessoria formada por Amarildo Carvalho, Eliene Novaes, Raimunda Oliveira e Socorro Souza; e por uma equipe de colaboradores/as formada por Cícero Cavalcante, Domingos Corcione, Sergio Fritz e Socorro Silva

Para a manutenção e o autofinanciamento da formação político-sindical, o 10º Congresso da Contag aprovou a constituição do Fundo Solidário, com a contribuição de 1% sobre a arrecadação geral dos aposentados, com o objetivo de financiar as atividades da formação sindical através da Enfoc, envolvendo as instâncias do MSTTR. O 10º CNTTR também enfatizou a diversidade dos sujeitos políticos que mobilizam, articulam e dinamizam a ação sindical e que precisam se fazer presentes na organização e na prática sindical. Assim, os grupos de estudos sindicais (GES), que compõem a estratégia de atuação de base da Enfoc, devem perpassar todas as secretarias do movimento e serem animados e acompanhados pelas secretarias de formação da Contag, pelas Fetags e pelos STTRs.

O 11º CNTTR, em 2013, ressaltou a formação político-sindical no MSTTR como estratégia fundamental na organização e na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, que propicia o empoderamento das lideranças sindicais, contribuindo para a conquistas de direitos e políticas que promovem qualidade de vida e trabalho no campo. Enfatizou o fortalecimento da Rede de Educadores e Educadoras Populares, como um espaço importante de organização horizontal do movimento, destacando a realização de itinerários formativos específicos para mulheres, juventude e pessoas da terceira idade e idosas.

O 12º CNTTR, ocorrido em março de 2017, num clima adverso de avanço do neoliberalismo, colocou, na ordem do dia, para os setores populares, o combate às contrarreformas, em especial a trabalhista e a previdenciária, implementadas pelas elites que orquestraram o golpe político-midiático que retirou Dilma Rousseff da presidência do país. Nesta perspectiva, a PNF assume um papel estratégico no enfrentamento dos atuais desafios — os ataques às organizações sociais e sindicais por parte dos grupos organizados de direita e do governo federal,

a violência contra os povos do campo, das florestas e das águas —, assumindo cada vez mais uma fisionomia opressora de classe, racista, patriarcal e homofóbica.

Esse congresso também teve uma pauta importante para a organização sindical, que foi o processo de dissociação da categoria trabalhador(a) rural, que passa a ter duas representações: a Contag, representando a diversidade dos(as) agricultores(as) familiares; e a Contar, representando os(as) assalariados(as) rurais. As contribuições da formação no processo de dissociação, bem como no fortalecimento da organização sindical nas diferentes instâncias, foram ressaltadas no 12º CNTTR (2017) e no 13º CNTTR (2021). Entre elas, destacam-se:

- a) ampliação do interesse das lideranças e dos(as) dirigentes em participar dos conselhos deliberativos dos sindicatos e das federações;
- b) maior articulação entre direção e base nas federações e sindicatos;
- c) fortalecimento da organicidade entre as entidades sindicais: Contag, Fetags e sindicatos;
- d) renovação de diretoriais nas organizações sindicais;
- e) ampliação do número de candidaturas, no Executivo e Legislativo, comprometidas com as bandeiras de lutas do MSTTR;
- f) abertura para a construção de parcerias com outros movimentos sociais camponeses;
- g) maior vivência das místicas nas atividades realizadas pelo movimento sindical;
- h) maior participação de jovens e de mulheres nos espaços de direção das entidades sindicais;
- i) contribuição nos debates sobre paridade e igualdade de participação entre homens e mulheres no MSTTR;
- j) contribuição na articulação internacional, em especial com a Coprofam, o que possibilitou intercâmbios nos processos formativos e alianças entre as organizações que atuam com educação popular na América Latina.



No 13º CNTTR, realizado de modo virtual, em abril de 2021, num contexto de retrocesso nas políticas do país, acentuado pela crise sanitária e humanitária, causada pela pandemia da Covid-19, o movimento precisou se preparar para a luta contra os ataques do neoliberalismo e a luta pela vida de seus militantes por todo o país. A necessidade do isolamento social como uma forma de proteção contra a pandemia desafiou as entidades sindicais a recriarem suas estratégias de formação com utilização das plataformas virtuais visando superar as distâncias e dar conta de atender às demandas por formação de base, mesmo no contexto de isolamento social.

Apesar do contexto adverso, a Contag estimula o diálogo com a base através das atividades virtuais, reforçando nas instâncias do movimento (Contag, Fetags e STTRs) a relação necessária entre formação-organização-ação.

Assim, uma das significativas ações formativas em 2020 foi a realização da Jornada Formativa Fascismo: Conhecer para Combater, com o objetivo de dialogar com o contexto político que o Brasil atravessa desde o golpe de 2016 até os dias atuais e reforçar o entendimento de que é preciso combater o fascismo e fortalecer a democracia. Também em 2020, construíram-se duas campanhas nacionais “Sindicatos de Portas Abertas” e “Raízes se Formam no Campo – Educação Pública e do Campo é um Direito Nosso”, como estratégia de fortalecimento das organizações sindicais para o trabalho de base.

Para reforçar as campanhas são realizadas jornadas formativas nos estados com atividades direcionadas às duas campanhas nacionais citadas e à Campanha Latino-Americana e Caribenha em Defesa do Legado de Paulo Freire, realizada pelo CEAAL. Essas jornadas compõem-se pelos seguintes temas geradores apresentados em forma de perguntas para facilitar a reflexão dos conteúdos:

**a)** O que é trabalho de base?

**b)** Por que e para que as campanhas Sindicatos de Portas Abertas e Raízes se Formam no Campo?

**c)** O que é preciso para que o sindicato tenha uma gestão política, administrativa e financeira eficiente?

**d)** Quais são os desafios de uma entidade de classe (sindical) nos tempos de hoje?

O trabalho desenvolvido nas bases possibilita pensar sobre os sujeitos do movimento, como sujeitos históricos e como sujeitos de práxis. Conforme nos coloca Paulo Freire, somente, assim, “podemos tomar nossa própria presença no mundo como objeto de nossa análise crítica, tomando as experiências anteriores como objeto de conhecimento para que possamos conhecer o conhecimento” que nelas habitam (FREIRE, 1981, p. 72). Segundo posto no 13º Congresso da Contag, é importante:

**a)** avançar na formulação das estratégias de sustentabilidade político-financeira do movimento e de seus processos formativos, primando sempre pela autonomia e pela continuidade deles;

**b)** fortalecer os espaços interativos entre as secretarias, coletivos e Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc, visando aprimorar a gestão compartilhada dos processos formativos;

**c)** fortalecer, diversificar e articular os espaços formativos nos sindicatos, federações e na Contag;

**d)** Consolidar os coletivos como espaços de elaboração e reorientação de estratégias formativas em todo o movimento;

**e)** diversificar as estratégias de sistematização e os processos formativos desencadeados no âmbito da Rede de Educadores e Educadoras Populares;

**f)** consolidar a PNF como o referencial pedagógico comum para a realização de todos os processos formativos do MSTTR;

g) descentralizar os recursos do Fundo Solidário com o objetivo de apoiar a formação no trabalho de base e a elaboração de materiais didáticos e de comunicação sindical;

h) consolidar os processos formativos específicos para jovens, mulheres e pessoas da terceira idade e idosas da base sindical com questões relevantes para o MSTTR (PADRSS, políticas públicas, comunicação interna e externa, sustentabilidade político-financeira, organização da produção, tecnologias para o campo, política partidária e gestão de empreendimentos econômicos e solidários para a juventude rural, entre outros);

i) ampliar o debate sobre a política partidária, respeitando a diversidade de afiliações, no itinerário da Enfoc, nos GES e no Programa Jovem Saber.

j) fortalecer as lutas em defesa dos direitos e das políticas públicas subtraídas da classe trabalhadora, especialmente dos povos do campo, das águas e das florestas.

## A contribuição dos encontros nacionais de formação para a construção e atualização da Política Nacional de Formação

O 1º Enafor, realizado de 24 a 28 de outubro de 2005, no Centro de Estudo Sindical Rural (Cesir), em Brasília (DF), projetou a estratégia, o funcionamento e a atuação da Enfoc, elaborou as bases para a construção da PNF e do PPP. Seu eixo orientador foi: **Construindo uma Política Nacional de Formação.**

O 2º Enafor, realizado entre 27 e 31 de outubro de 2008, em Luziânia (GO), teve como lema: **Pela Transformação da Realidade e Emancipação dos Sujeitos.** Esse encontro teve como objetivos: aprofundar o debate sobre os referenciais políticos, pedagógicos e



metodológicos da PNF; partilhar vivências; contribuir para a comunicação e a reapropriação das experiências formativas; e refletir sobre a caminhada formativa da escola e como essa prática formativa está articulada ao PADRSS. Apontou para a importância de reconhecer as diversas iniciativas de formação da Contag e federações e considerar as possibilidades de complementaridade e mesmo convergência entre muitas delas, especialmente em relação ao caráter participativo e libertador, proposto na PNF.



O 3º Enafor aconteceu nos dias 26 a 30 de setembro de 2011, também no município de Luziânia (GO). O eixo central das discussões e tema do encontro desse ano foi o **Fortalecimento da Ação Sindical a partir das Estratégias Formativas de Base**, questionando em quais bases e com qual perspectiva política e ideológica a luta se colocava naquele momento. O encontro fortaleceu a importância de uma formação que reafirme a identidade camponesa e as manifestações culturais vivas, que estimule as mudanças de paradigmas e a construção de uma nova sociabilidade; “e se consolida como um espaço amplo de debates sobre o papel que a formação deve assumir [...] para enfrentar os desafios que a luta cotidiana impõe” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2011, p. 2).



O 4º Enafor, realizado no período de 10 a 14 de novembro de 2014, em Luziânia (GO), destacou-se como fonte de aprofundamento das intenções e das vivências acontecidas nos encontros nacionais que o precederam. Tendo como tema **Formação de Base para Quê?** mergulhou sobre as experiências de base, procurando compreendê-las a partir da conjuntura econômica e política do momento e tendo em vista a nova sociabilidade almejada pela Enfoc. Não se afastou nas reflexões e nos debates promovidos da comunicação do alcance e dos impactos dos processos formativos de base desenvolvidos nos espaços formativos do MSTTR, ou seja, nas secretarias da Contag, nas federações, nos sindicatos e, em especial, na Enfoc.

O 5º Enafor, realizado no Centro Comunitário Athos Bulcão da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília (DF), de 21 a 25 de maio de 2018, pautou como tema **Educação Popular é Resistir, é Transformar**, afirmando a importância de ampliação e intensificação das ações formativas para o fortalecimento das lutas e a resistência nesse cenário em que pautas conservadoras avançam sobre as conquistas sociais, aprofundam desigualdades e restringem liberdades do povo brasileiro. O encontro fortaleceu a Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc e oportunizou, ainda, a realização de uma avaliação crítica de como andam as suas ações e onde precisa melhorar. O Enafor foi também espaço de elaboração de estratégias de atuação articuladas à PNF, ao PPP e ao PADRSS, que são os principais referenciais dos processos formativos do MSTTR para o enfrentamento da batalha de ideias, postas pela luta de classe nesse cenário conservador e neoliberal, que desmonta os direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora do campo e da cidade



O 6º Enafor está programado para ser realizado de 23 a 27 de maio de 2022 e, assim como o 5º Enafor, acontecerá também na Universidade de Brasília - UnB. Com a força dos sujeitos dos campos das florestas e das águas, o 6º Enafor conclama **Liberdade para Lutar, Educação para Transformar**, afirmando a importância da defesa da vida, da educação popular emancipadora e transformadora, do trabalho de base e da democracia participativa com soberania popular. O encontro está propondo construir estratégias de fortalecimento do trabalho de base, de defesa da educação libertadora e transformadora, de incidência no processo político eleitoral, visando à defesa do projeto popular de sociedade, sustentável, democrático, antirracista, igualitário, soberano, agroecológico, livre de violência, com fortalecimento da agricultura familiar e da garantia do direito à terra como territórios do bem viver. Assim como os encontros anteriores, os resultados do 6º Enafor serão anunciados em publicações próprias.



## Instâncias deliberativas e espaços propositivos e de gestão da Política Nacional de Formação - PNF

As instâncias deliberativas e os espaços propositivos e de gestão da PNF são os seguintes:

**a) Congressos da categoria** – Os congressos ocorrem a cada quatro anos para discutir e deliberar sobre as políticas, as estratégias e os caminhos que a Contag deve trilhar nos próximos anos. Participam dos Congressos agricultores e agricultoras familiares organizados (as) nos STTRs, indicados em assembleias de sindicatos, plenárias estaduais ou regionais, convocadas com esta finalidade.

**b) Enafor** – São espaços de gestão da política de formação, realizados pela Contag e pelas federações a cada a cada três anos, com o objetivo de refletir sobre os desafios da luta sindical e seus contextos, construir orientações para a atuação de base, sob o enfoque da educação popular e traça os caminhos que tanto a Enfoc quanto as secretarias específicas devem trilhar em relação à formação nos próximos períodos.

**c.) Coletivo Nacional de Formação e Organização Sindical** – O coletivo se reúne duas vezes ao ano para monitorar, avaliar, propor e encaminhar as deliberações congressuais e as orientações dos Enafor em relação à formação. É composto por integrantes da Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc que estão nas direções das secretarias de formação das federações e as respectivas assessorias, pelos membros do Conselho Político Gestor da Enfoc, pela Equipe Pedagógica Nacional e por educadores e educadoras que se dedicam à multiplicação criativa da formação nos seus espaços de vida e militância, em articulação com as federações e a Enfoc.

## Espaços formativos

Os espaços formativos são os seguintes:

- a) Espaços nacionais** – São espaços de articulação e de execução de ações formativas em nível nacional voltados para o público dos estados e das regiões. Entre esses espaços, estão a Enfoc e seus espaços gestores, os coletivos, o Enafor, a Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc e as linhas formativas desenvolvidas pelas secretarias da Contag.
- b) Espaços regionais** – São espaços de articulação e de execução de ações formativas em nível regional, envolvendo o público dos estados. Entre esses espaços, estão as ações da Enfoc na região, os espaços de articulação das secretarias, a Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc, considerando os integrantes dos estados da região, e as ações regionais dos diversos programas nacionais de formação desenvolvidos pela Contag e pelas federações.
- c) Espaços estaduais** – São espaços de articulação e de realização de ações formativas no âmbito dos estados, sejam elas da Enfoc ou de secretarias específicas, envolvendo os polos regionais, os territórios, os municípios e as comunidades, sob a responsabilidade das federações. O coletivo estadual de formação e a Rede também se constituem em espaços estaduais, como também as atividades formativas desenvolvidas pelos institutos e coletivos de formação das federações.
- d) Espaços territoriais/municipais** – Nesses espaços, a formação se aproxima mais da base e envolve as lideranças locais, os delegados sindicais e, em alguns momentos, a comunidade (base). Constitui-se de atividades formativas desenvolvidas pelas federações e sindicatos, como também de organização de grupos de estudos nas comunidades, como é o caso dos grupos do Jovem Saber e dos GES.

## Organicidade e gestão da Política Nacional de Formação

Uma das questões que a PNF aponta é a relação entre formação, organização sindical e lutas. A formação é o instrumento de fortalecimento da organização e das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, sendo, portanto, estimuladora da organicidade — interação e integração entre as entidades sindicais (Contag, Fetags e STTRs) — e suas instâncias, e orienta ações e processos coerentes com as diretrizes do movimento, evidenciando permanentemente suas bandeiras de lutas, diretrizes e resoluções. Assim, a formação para a ação político-sindical se propõe a ampliar a capacidade de elaboração, reflexão crítica e propositiva dos sujeitos, alimentando o sentimento de pertencimento a uma coletividade e, também, de compreensão dos porquês de sua realidade, despertando a capacidade mobilizadora para mudar tal realidade, a partir das leituras que fazem sobre si mesmos e os acontecimentos políticos na sociedade.

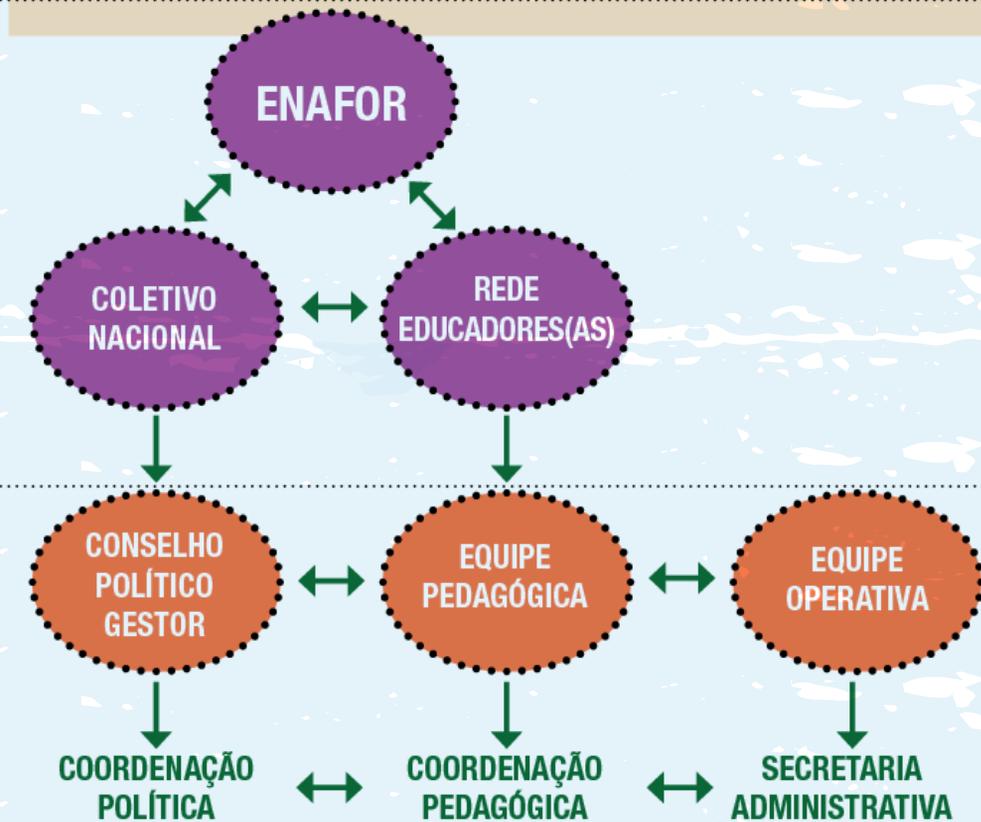
A gestão da PNF requer um permanente exercício de democracia interna, de abertura aos diálogos e aos vários saberes e criação de espaços de participação, proposição e deliberações que estimulem o protagonismo e o sentimento de pertença dos sujeitos que atuam nas várias estratégias de formação. Como diz Paulo Freire (1996) é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

ESPAÇOS  
DELIBERATIVOS

INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS  
(Congressos e Conselhos)

ESPAÇOS  
AVALIATIVOS E  
PROPOSITIVOS

ESPAÇOS  
DE GESTÃO  
DA ENFOC



# REFERENCIAIS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS DA FORMAÇÃO SINDICAL

Os referenciais político-pedagógicos e metodológicos dos quais tratam este capítulo referem-se aos princípios e fundamentos da PNF, por meio dos quais as concepções e as práticas formativas são orientadas, que são: o PARDSS e o PPP. Portanto a visão de campo, de sujeitos políticos e de sociedade aqui abordadas são construídas da práxis dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) e de suas organizações do campo e têm, em seu escopo central, a promoção da qualidade de vida no campo e a emancipação dos sujeitos. Recorrem à articulação entre educação popular e educação do campo para orientar a prática educativa a partir dos princípios da formação humana e a construção de relações de solidariedade associadas à produção da existência material na sociedade.

Esses referenciais estão intimamente ligados à ação sindical, tendo como pressuposto a independência de classe e a luta pela transformação da sociedade. Ao mesmo tempo que aponta, nesses referenciais, sua identidade de classe, propõe-se a ser pluralista e democrática.

Neste sentido, a educação do campo como uma das expressões da educação popular se desenvolve, concomitantemente, à intensificação das disputas territoriais no campo. Nessa perspectiva, coloca-se como uma concepção de resistência e de ruptura ao capital no campo, portanto como a educação da população camponesa, que tem como intencionalidade o fortalecimento da luta social e da organização coletiva.

Em síntese, a PNF tem, enquanto objetivos centrais, a implementação do PADRSS e a adoção de práticas formativas que dialoguem com a diversidade dos sujeitos e suas necessidades individuais e coletivas ancoradas nos princípios apresentados a seguir.

## Princípios

Os princípios são os valores que norteiam a concepção e a prática formativa referenciadas no PADRSS e no PPP, a saber:

- a) articulação permanente entre teoria e prática tendo como referência o projeto de sociedade, a missão do MSTTR e a ação sindical;
- b) compromisso com a justiça, a autonomia, a igualdade e a liberdade das mulheres, rompendo com a estrutura de poder e com a cultura patriarcal;
- c) fortalecimento de uma práxis sindical que articule mobilização, pressão, proposição, organização e formação;
- d) afirmação da soberania alimentar e energética como direito e dever dos povos e das nações;
- e) afirmação e socialização de valores éticos, de justiça social, solidariedade, democracia, autonomia, no respeito às diferenças de gênero, geração, raça/etnia, orientação sexual e territorialidades;
- f) compromisso com a agroecologia como forma de repensar a relação com a natureza e a produção de alimentos, numa relação direta entre produção e qualidade de vida e entre agricultores(as) e consumidores(as), e formas solidárias de produção e comercialização;
- g) efetivação de práticas pedagógicas que valorizem relações horizontalizadas entre educador(a) e educandos(as);
- h) fortalecimento das identidades de gênero, raça/etnia, geração e respeito a orientação sexual e religiosa;
- i) leitura crítica do universo rural, suas dinâmicas e demandas, questionando os valores conservadores e construindo novos, que deem conta da diversidade de saberes e realidades dos povos do campo, da floresta e das águas;

j) afirmação da organização e da participação política da juventude trabalhadora do campo, como sujeitos estratégicos para a sucessão rural, e seu papel nas relações políticas, sociais e produtivas do campo;

k) reconhecimento, respeito e valorização das pessoas da terceira idade e idosas, valorizando a sua contribuição para as relações sociais, organizativas, políticas e produtivas do campo;

l) reafirmação da prática democrática, livre e transparente, com paridade de gênero e efetiva participação de jovens e de pessoas da terceira idade e idosas.

## Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS

O principal referencial da PNF é o PADRSS. Ele propõe um modelo de desenvolvido centrado no ser humano e no respeito ao meio ambiente em contraposição ao modelo neoliberal, que promove um desenvolvimento conservador, excludente e concentrador da terra e da renda e gera problemas sociais, econômicos e ambientais para o país.

O PADRSS reconhece os povos do campo, da floresta e das águas como sujeitos políticos que mobilizam, articulam e dinamizam a ação sindical com o intuito de transformar a realidade e construir condições dignas de vida. Reconhece também que o campo é um espaço cheio de conflitos e contradições, configurado, historicamente, pela diversidade social, econômica, política e cultural, condição que, apesar da complexidade, contribui para a reprodução social na comunidade, no território e nas organizações.

A luta por uma reforma agrária, ampla, massiva, de qualidade e participativa, um dos pilares do PADRSS, busca garantir, aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais, o direito à terra, ao território e à soberania e à segurança alimentar. Soma-se a esse pilar, o fortalecimento da agricultura familiar, que visa à produção de alimentos saudáveis e o protagonismo dos sujeitos na construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com inclusão e promoção de qualidade de vida nas comunidades rurais e respeito ao meio ambiente. É estratégico que a agricultura familiar tenha como prioridade a luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis e sustentáveis, como forma de garantir a soberania e a segurança alimentar das populações do campo e da cidade.

Nessa perspectiva, a formação deve possibilitar a reflexão crítica sobre os eixos táticos e estratégicos do PADRSS, entre os quais,

destacam-se: a reafirmação da agricultura familiar como a base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável e solidário; a realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa; ter como centro da ação sindical o bem-estar, a qualidade de vida e a valorização dos sujeitos sociais do campo, das águas e da floresta.

Entendendo como sustentável a articulação dinâmica entre crescimento econômico, o respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, às relações, às culturas e aos saberes, bem como a organização e a participação política dos povos do campo, da floresta e das águas, o PADRSS indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir a longo prazo. Nesse sentido, a agroecologia torna-se um conceito, uma luta e uma prática importante para a agricultura familiar.

A agroecologia consiste num conjunto de conhecimentos e práticas referentes ao modo de produzir e relacionar-se na agricultura, fundamentais para assegurar o desenvolvimento sustentável com produção, renda e vida saudável para homens e mulheres do campo e da cidade. Trata-se de um processo que implica a construção de novas relações no meio rural, inclusivas e igualitárias, entre homens, mulheres, jovens e pessoas da terceira idade, e a valorização da produção local com alternativas de

comercialização. Como prevê a distribuição de diferentes produtos dentro de um mesmo espaço produtivo, a agroecologia requer, dos membros das famílias, uma integração muito forte, para assegurar a gestão processual da propriedade — toda a família precisa participar para dar conta dessa complexidade do sistema produtivo. Desse modo, a agroecologia concorre positivamente nos processos de sucessão rural com a participação das mulheres.

O compromisso com a agroecologia implica, portanto, a urgente necessidade de evidenciar e repensar as formas de produzir alimentos ao estabelecer uma relação direta entre produção de alimentos saudáveis e qualidade de vida, entre agricultores(as) e consumidores(as), entre padrões saudáveis de produção e consumo e manutenção da vida no planeta.



Entendendo como solidariedade os modos de interagir e de se relacionar na família, na comunidade e nos diversos espaços da vida social, o PADRSS refere-se a novas práticas baseadas no respeito às individualidades e às diferenças, capazes de fortalecer a cooperação entre pessoas, grupos e povos, para construir alternativas de produção, consumo, comércio e formas de bem viver. A solidariedade se constrói com alternativas de convivência e organização nos diversos espaços da vida cotidiana, do trabalho e da produção, da cultura e do lazer e implica o combate a todas as formas de desigualdades, em especial as desigualdades de gênero, de geração e de raça/etnia.

Com essa compreensão, proporcionada pela abordagem de gênero, as mulheres trabalhadoras rurais têm ampliado e fortalecido sua organização para construir o PADRSS, o que implica a reconfiguração das relações entre homens e mulheres e o combate a todas as formas de discriminação e desigualdades. O alvo da sua luta pelo rompimento dos fatores de discriminação e subordinação não é o homem, mas as relações que se estabelecem a partir do que se convencionou ser próprio do feminino e próprio do masculino. Esse enfoque assumido pelo MSTTR, no seu conjunto, associa gênero a classe social e reconhece outras formas de discriminação e desigualdade a elas articuladas, como as de geração, raça/etnia, regionalidade, orientação sexual, deficiência.

As abordagens transversais de gênero, geração e raça/etnia podem explicar alguns fenômenos sociais que vêm ocorrendo no meio rural, como a feminização da pobreza, a masculinização do campo, o envelhecimento das pessoas com diminuição das taxas de natalidade (nascimentos) e a tendência de saída da juventude em busca de outras oportunidades de vida e de futuro.

Adinamização dos espaços rurais e a efetividade das políticas públicas na vida dos agricultores e das agricultoras familiares pressupõem não só a articulação dessas políticas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, mas a construção e fortalecimento de alianças em torno de uma agenda comum que construa estratégias potencializadoras das parcerias, considerando toda a dinâmica da agricultura familiar e a participação das mulheres e da juventude nelas.

No geral, a Contag luta para fortalecer e ampliar a organização, a mobilização e a formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; contribuir para a democratização das relações no MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero; atuar para que as mulheres do campo, da floresta e das águas sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de

desenvolvimento rural. Além de denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação, para avançar na construção da igualdade para as mulheres; e propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas,

As políticas públicas de previdência social, que representam um grande passo na distribuição de renda do país, são essenciais para os(as) idosos(as) após se aposentarem. Junto a essa previdência, são necessárias outras iniciativas que garantam o bem-estar e a assistência ao idoso, como hospitais nos municípios rurais e moradias que possuam acessibilidade para as pessoas idosas. Reformas na própria previdência também são importantes, pois, por muitas vezes, o valor pago não é o suficiente para manter as condições básicas de aposentado(as) e pensionistas rurais, o que os(as) obriga a continuar trabalhando.

Um dos desafios na efetivação das políticas para o(a) idoso(a) é fazer o Estado reconhecer que as realidades da terceira idade do campo e da cidade são diferentes, e não é vantajoso implementar as mesmas para ambos. O MSTTR também luta para garantir os direitos desse público e denunciar irregularidades e explorações realizadas por instituições financeiras, que prejudicam os idosos e suas famílias.

O MSTTR reconhece que, quando o(a) segurado(a) especial se aposenta, não deixa de pertencer à categoria. Ao contrário, adquire status relevante para o movimento e dá exemplo de responsabilidade e comprometimento com a luta, visando melhores condições de vida para os sujeitos do campo.

Nesse sentido, a PNF se referencia nos elementos centrais do PADRSS, que são:

**a)** ter como centro o bem-estar e a valorização dos sujeitos do campo, da floresta e das águas;

**b)** reafirmar a realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa;

**c)** reafirmar a agricultura familiar como a base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável e solidário;

**d)** pautar-se na preservação e na conservação ambiental;

**e)** afirmar a soberania alimentar como o direito e o dever dos povos e das nações e visar à soberania territorial;

**f)** reconhecer o espaço rural em sua diversidade ambiental, cultural, política e econômica;

**g)** romper com a estrutura de poder e com a cultura patriarcal;

**h)** comprometer-se com a justiça, a autonomia, a igualdade e a liberdade para as mulheres;

**i)** afirmar a organização e a participação política de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais, reconhecendo-os como sujeitos estratégicos que promovem a sucessão rural;

**j)** reconhecer, respeitar e valorizar o papel das pessoas da terceira idade nas relações sociais, políticas e produtivas do campo;

**k)** resgatar e construir compromissos com a igualdade racial e étnica;

**l)** pautar-se pela garantia do direito ao trabalho decente no campo;

**m)** pautar-se no fortalecimento das políticas públicas.

**A Educação do Campo é definida a partir de sujeitos: agricultores/as familiares, assalariados/as, posseiros, assentados/as, ribeirinhos, caçaras, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, remanescentes de quilombolas, comunidade de fundo de pasto, gerazeiros, enfim, todos os povos do campo brasileiro (SILVA, 2009, p. 137).**

**Fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra, as águas e a floresta e suas diversas formas e formas de compartilhar a vida.**

**Educação popular é um processo de produção do conhecimento para a transformação e a conscientização social. Em linhas gerais, a educação popular implica uma reflexão crítica sobre a realidade e envolve processos de consciência crítica. Visa superar as relações de domínio, de opressão e de discriminação e “busca construir relações equitativas, justas, respeitadas da diversidade e da igualdade de direitos e do desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas” (JARA, 2009, p. 236).**

## A educação do campo como estratégia da educação popular

A formação político-sindical e a educação do campo no MSTTR são estratégias fundamentais para construir a base do desenvolvimento sustentável e solidário com pessoas que possam atuar e transformar a realidade. Nesse sentido, é fundamental assegurar que os processos formativos sejam constantes e crescentes, que conduzam os trabalhadores e as trabalhadoras rurais à transformação da realidade, pois é através da prática sindical que são vivenciadas as experiências de transformação (11º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2013).

A educação do campo é um conceito, uma prática e um movimento nacional, que tem sido construído pelos sujeitos coletivos do campo, na luta contra o processo de exclusão social e em defesa de outra escola, de outra educação e de outro projeto de campo. Emerge como contraponto tanto ao silêncio do Estado como também às propostas da chamada educação rural ou educação para o meio rural no Brasil. É um projeto que se enraíza na trajetória da educação popular (Paulo Freire) e nas lutas sociais da classe trabalhadora do campo (CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004).

Esse projeto sustenta, em sua extensão, uma nova qualidade de vida para os sujeitos que vivem e trabalham no campo, valorizando suas experiências e culturas. Também fortalece um modelo popular de agricultura, além de procurar recuperar toda a dimensão educativa do trabalho, que possui uma importante dimensão formativa, fundamental para a constituição do humano (ARROYO, 2003). Trata-se, portanto, de um movimento que considera que não há como construir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário sem

que a educação do campo esteja articulada ao modelo de produção. Assim, a educação do campo, segundo Silva (2006), pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela:

**a)** educação escolar – São aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino básico (infantil, fundamental, médio, profissional) e Superior, organizadas pelo sistema de ensino público ou comunitário;

**b)** educação não escolar – São aquelas iniciativas dirigidas à organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente coordenadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONGs, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

Nessa perspectiva, a educação do campo se referencia em duas dimensões importantes:

**a)** Fortalecimento das identidades e da consciência de classe, buscando ajudar a construir a visão de si mesmo, atrelada aos vínculos coletivos, sociais, como o de ser camponês, de ser trabalhador ou trabalhadora, membro de uma comunidade campesina, e de participar das lutas sociais, da organização de classe, da cultura e do modo de vida da comunidade campesina. Nesses processos, a memória, a resistência e a militância social são eixos articuladores fundamentais para o processo formativo.

**b)** A socialização, a transmissão e a produção de diferentes conhecimentos científicos e populares, principalmente no trabalho realizado pela escola e na sala de aula deve ser coerente com o projeto de educação e o projeto histórico que se quer construir. A escola tem a função de ajudar aos estudantes (adultos, jovens e crianças) a entender que, para alterar a sua condição de exploração, necessitam se apropriar dos conhecimentos que lhes foram negados pelas elites ao longo da história e, enquanto sujeitos históricos, produzir novos conhecimentos com base na realidade e na visão da classe trabalhadora.

Portanto a educação do campo é maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. Essa grande escola se encontra em todos os lugares onde as pessoas, coletivamente, vão formatando alternativas de vida conforme as especificidades e as potencialidade de cada lugar e cada grupo e, nesse processo, vão construindo proposições de políticas públicas que contemplem essas especificidades.

O movimento sindical considera importante e tem necessidade de que o conhecimento escolar se articule com a realidade e que a escola também se assuma como um elemento de transformação, libertação, contra-hegemonia e emancipação.

Nesse sentido, a formação sindical enquanto uma prática educativa não escolar dos(as) trabalhadores(as) do campo se constitui numa dimensão importante da educação do campo, inclusive porque também se materializa como uma práxis da educação popular, ao mesmo tempo que a traz como sua matriz teórica. Destaque-se que os princípios norteadores da PNF e da educação do campo estão fortemente articulados e buscam fortalecer a luta sindical, emancipando os sujeitos políticos, promovendo a articulação entre

as organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, fortalecendo a identidade política e pedagógica do movimento e superando a fragmentação e a superposição de ações formativas.

## Projeto Político-Pedagógico da formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Assim como o PADRSS, o PPP é um referencial importante para a formação. Por isso, a Contag, Fetags e STTRs buscam, permanentemente, construir diretrizes político-pedagógico-metodológicas para orientar as práticas educativas nas suas diversas linhas formativas e estratégias. Tais diretrizes são vivenciadas por meio de diálogo entre os diferentes sujeitos e saberes, que os processos formativos proporcionam como princípios fundamentais, visando a: uma releitura da prática formativa vivenciada e das lições aprendidas; e uma projeção orientativa para todas as ações formativas do próprio MSTTR. Entre os princípios que norteiam o PPP, destacam-se os apresentados a seguir.

## A educação popular: Paulo Freire

Tanto a PNF como PPP assumem a matriz da educação popular como teoria e prática educacional que tem, como referencial político-pedagógico, a humanização e emancipação dos sujeitos do campo, da floresta e das águas, desde sua posição de classe trabalhadora. A partir dessa concepção o PPP aborda a importância das lutas em favor da justiça social, questionando as teorias pedagógicas instrumentalistas, restritas à formação de competências, apresentadas pela visão neoliberal, como única saída para a educação da classe trabalhadora.

A educação popular na transformação significa uma dimensão ética e cultural. É cultura como práxis (ação-reflexão-ação) e enquanto processo de construção de “novas mulheres, novos homens e nova sociedade, para além da civilização do capital” (MÉSZÁROS, 2002), é a marca de um aspecto fundamental ético e cultural.

### O oprimido como sujeito da história

Segundo Freire (1979), a educação constitui um processo de humanização continuado, e ele ocorre com a abertura do ser humano à complexidade e à responsabilização com o mundo compartilhado. Educar para humanizar implica tomar consciência das contradições que a realidade apresenta. O ser humano transforma-se em sujeito no momento em que toma para si a responsabilidade pelo mundo que compartilha com outros sujeitos.

Em última análise, devo dizer que tanto minha posição cristã quanto a minha aproximação de Marx, ambas jamais se deram ao nível intelectualista, mas sempre referidas ao concreto. Não fui às classes oprimidas por causa de Marx. Fui a Marx por causa delas. O meu encontro com elas é que me fez encontrar Marx e não o contrário. (FREIRE, 1979, p. 74-75).

Nesse contexto, uma escola que deixe de problematizar as desigualdades não é neutra, mas conivente com a opressão dos despossuídos.

Segundo Oscar Jara (2009), o termo “povo” é compreendido dentro de duas perspectivas: de “povo social”, como os que sofrem na sociedade as assimetrias de qualquer tipo — opressão, discriminação, exclusão, inclusão perversa, exploração, espoliação —; e de “povo político”, na dimensão de classe popular, no momento que se articulam, se organizam e se põem em movimento contra a interdição, a opressão e a segregação, porque sabem que são segregados e possuem, como diz Paulo Freire (1979), potencial de (re)fundação social.

#### **A emancipação, para Freire, possui três suportes:**

- 1) O ser mais – “A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais. O homem [...] faz-se homem-história” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 31).**
- 2) O ser radical – “O homem radical na sua opção não nega o direito do outro optar. [...] Dialoga sobre ela” (FREIRE, 1980, p. 50).**
- 3) O diálogo – O diálogo “Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se de amor, de humildade, [...] de confiança. Por isso, somente o diálogo comunica [...]. É uma relação de empatia na procura de algo” (FREIRE, 1985, p. 68). “Dizer a palavra [...] é direito de todos os homens” (FREIRE, 1987, p. 44).**

#### **A Educação para humanização e emancipação**

Educação e humanização são termos inseparáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “transformar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos. Ademais, concebe-se o ato pedagógico como um ato de educar; e o trabalho do(a) educador(a) efetiva-se com e entre seres humanos. E, nesse sentido, compreende-se que uma educação autêntica promove a dignidade das pessoas, esperançosa de que vivam humanamente, isto é, que sejam capazes de fazerem-se, construírem-se, inventarem-se, desenvolverem-se, pois não se nasce pronto, acabado, satisfeito. E essa

condição do homem e da mulher de nascerem não feitos exige que ambos aprendam a ser gente, a constituírem-se humanos.

A riqueza da concepção freiriana de educação está contida na afirmação de que os humanos se educam em comunhão mediados por determinado objeto de conhecimento, particularmente, a realidade vivida: “Ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 79)

A inconclusão do ser humano suscita que a prática educativa busque cotidianamente sua própria mudança, considerando a diversidade dos processos de socialização do ser humano, a partir da interação com a cultura, pelas formas de organização do trabalho, pelas interações que conformam sua subjetividade e sua linguagem. Assim, “esta transformação, só tem sentido na medida em que contribuir para a humanização do homem e da mulher. Na medida em que se inscrever na direção de sua libertação” (FREIRE, 1987, p. 130).

### O diálogo como princípio educativo

Para Paulo Freire (1996), a existência do diálogo nos processos de aprendizagem requer que se tenha disponibilidade para viabilizar a interação entre seres e saberes, na perspectiva da consciência de ser inacabado: “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”. (FREIRE, 1996, p. 51)

O diálogo existe na exposição crítica e metódica, em que os aprendizados se dão por inteligência. Exige respeito mútuo, maturidade, saber perguntar, saber responder e saber ouvir. Trata-se de uma pedagogia contra o silenciamento.

O sentido da práxis educativa popular está na intrínseca relação entre teoria e prática da educação, que se realiza por meio do diálogo entre os sujeitos envolvidos. É por meio do diálogo que as visões de mundo se manifestam e podem ser questionadas, desmitificadas, podendo, assim, abrir espaço para um novo conhecimento que leve a uma nova ação. Não se trata de um diálogo compreendido como mera troca de palavras, mas de uma relação que se funda na capacidade de ouvir, de questionar, de provocar uma nova prática, não imposta ou “repassada”, mas construída por essa relação dialógica.

### O ser humano como ser histórico e inacabado

Freire (1987) aponta que os seres humanos não são seres que apenas existem no mundo, mas que estão em plena relação com este mundo e, dessa forma, são capazes de tomarem consciência de si e do mundo. Ele aponta, ainda, como características principais da existência humana, sua condição de inacabamento e a capacidade que tem de reconhecer e transformar essa condição, através do processo educativo. Para que seja

vencida a situação de desumanização dos seres humanos, torna-se necessário um processo de educação deles de tal forma que eles possam tomar consciência de sua condição de seres desumanizados e partirem na busca de sua humanização.

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens e as mulheres se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e das mulheres e na consciência que dela têm. (FREIRE, 1987, p. 83-84).

Para todo e qualquer ato contrário a essa ordem, o capital tem suas formas de controle da situação. Isso é abordado por Freire (1987) ao afirmar que, para o capital, não poderia deixar de ser assim, ou seja: “Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em ‘coisa’, em algo que é como se fosse inanimado” (FREIRE, 1987, p. 26).

Em síntese, segundo Freire (1987), não é possível pensar uma teoria pedagógica que não esteja atrelada à compreensão que se tem

do ser humano e do mundo. Ao mesmo tempo, deve-se ter claramente em mente como se estabelecem as relações dos homens no e com o mundo. Desse modo, reconhecem-se as condições de opressão em que se encontra boa parte da humanidade. Por esse motivo, torna-se necessária uma compreensão da educação como projeto libertador e que esteja fundada sobre a ideia de uma utopia possível.

### Horizontalidade de saberes entre educador e educadora e educandos e educandas

Esse princípio está referenciado no dizer de Paulo Freire (1996), que questiona a educação bancária, em que o(a) professor(a) está resguardado em uma visão autoritária e no exercício do poder apassivador, podendo, de seus(suas) educandos(as), a capacidade criativa e crítica e desestimulando a curiosidade. Não há uma relação de dependência nem de hierarquia entre os sujeitos da aprendizagem.

### Fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça/etnia, geração, gênero e religião

O MSTTR caracteriza-se pela diversidade de sujeitos atuantes em um espaço geográfico heterogêneo e de dimensões continentais. A formação assume o compromisso de dialogar com essas e outras diferenças e fortalecer, nas pessoas, o sentimento de pertença ao mundo rural, afirmando sua identidade de classe, gênero, geração, raça/etnia e orientação

sexual. Refere-se, aqui, à identidade socialmente construída, numa perspectiva de reconstruir a dimensão da identidade historicamente atribuída.

### A mística na luta e na formação <sup>11</sup>

A mística se refere às questões dos símbolos, do mistério, da subjetividade. O sentido da mística tem sido ressignificado pelos movimentos sociais e sindicais do campo. Assim, quando o MSTTR aborda a simbologia mística em seu caminhar, procura estimular uma vivência coletiva, de modo que, ao criar um ambiente de reflexão interior, faz com que as pessoas envolvidas passem a se enxergar como sujeitos, pois ela nos inspira e motiva, dando sentido ao nosso dia a dia.

A mística não é simplesmente uma apresentação feita no início dos encontros, seminários, cursos, entre outros. Ela oportuniza expressar o sentimento de pertencimento, simbologia, militância, remete-nos a visitar nossa história e refletir sobre a prática. Na mística, quer se expressar as razões que mobilizam as pessoas a estarem ali. As pessoas que vivenciam esse momento interiorizam e partilham lutas, ideais e sonhos celebrados que constituem sua identidade coletiva.

Nesse sentido, os momentos místicos trazem ensinamentos para a vida e a militância, colaborando para nos percebermos importantes no processo formativo. A mística não está à parte da caminhada formativa, não é um momento isolado, pois convida-nos a viajar por vários e diferentes universos, a percorrer várias dimensões subjetivas, espirituais, afetivas, ideológicas e militantes, com a intenção de nos encontrarmos e encontrarmos tantos outros e outras.

É um momento de fazer-se classe, de sentir-se parte, de explicitar a identidade individual e coletiva. Muitas vezes é

---

**11\_** Texto adaptado do livro *Almanaque Enfoc: um fazer de muitas mãos*, de Merrem, Watanabe e Silva (2011).

através do arrepio que ela nos provoca, da lágrima que nos faz derramar, do olhar apreensivo e encantado em que a identidade de classe é fortalecida e a militância reafirmada.

Nem sempre a fala é necessária. Uma música, uma poesia, um sorriso, mãos unidas, corações abertos ou um choro expressam a densidade e a importância desse momento. Nosso corpo e nossa alma são embalados por sonhos. Permitimo-nos viajar através de sons, imagens e símbolos, que nos levam para um mundo de (re)descoberta. A mística é assim: nos leva para lugares imprevisíveis, íntimos, que nos possibilitam uma profunda reflexão sobre nossa vida e o sentido dela enquanto ser humano, sujeito social e coletivo.

### A interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos

Deve-se primar por uma construção dos conhecimentos de forma integrada, numa relação entre o específico e o geral, tendo como referência o mundo do trabalho, as relações sociais, a cultura vivida pela população do campo e outras peculiaridades do mundo rural. A interdisciplinaridade expressa, de fato, uma forma de ver e sentir o mundo em sua totalidade, de estar inserido(a) numa busca incessante para descobrir seu sentido e suas possibilidades de mudança. Essa busca leva à compreensão do mundo de forma holística<sup>12</sup>, em sua rede de infinitas relações, em sua complexidade, e a considerar, nesse processo, a abordagem articulada das diferentes áreas de conhecimento.

**12\_** No modo geral, a visão holística significa observar ou analisar algo ou alguma área da vida de forma global, ou seja, como um todo e não de maneira fragmentada.

## O materialismo histórico-dialético

O materialismo histórico-dialético é uma abordagem teórica e uma forma de compreender e intervir na realidade e um método de explicação da realidade. Enquanto teoria, a dialética concebe a realidade como uma totalidade concreta, caracterizada pela contradição e o pelo movimento. Explica a história a partir dos fatores materiais (modos e relações de produção), concebidos como processos dinâmicos da relação homem-natureza: Segundo Marx; Engels (2007, p. 25-94) O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Segundo Frigotto (1991), o que fundamentalmente importa para o materialismo histórico-dialético é a construção-produção-sistematização de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar.

### Construção de novas sociabilidades

A formação para a construção de uma nova sociabilidade precisa ser orgânica, processual, continuada, multidisciplinar, antirracista, antipatriarcal. Portanto uma abordagem **interseccionada** por classe, gênero, geração, raça/etnia, orientação sexual, envolvendo os diversos sujeitos do campo, da floresta e das águas, para a promoção de mudanças culturais e políticas no fazer sindical, visando ao fortalecimento das lutas sociais, da organização e da representatividade da agricultura familiar e camponesa para se contrapor ao projeto capitalista de desenvolvimento.

O conceito de interseccionalidade foi criado pela professora estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, cientista nas áreas de raça e gênero. Mostra a coexistência ou a sobreposição de fatores relacionados a opressão, dominação ou discriminação nas questões de classe, raça, gênero, orientação sexual, identidade regional, entre outras.

A promoção de práticas sindicais igualitárias, éticas, includentes e solidárias; o combate a todas as formas de discriminações, violências e preconceitos; e a articulação da organização-formação-ação com os elementos estruturantes do PADRSS e com as discussões sobre o projeto democrático e popular de sociedade que as organizações e os movimentos populares e sindicais defendem.

### A reconstrução da mística de mudança social

A mística para a mudança social é a própria existência e resistência camponesa. Nasce da vida, do trabalho, da cultura, da organização, das lutas sociais, da convivência comunitária, da memória e da oposição entre opressão e libertação.

Os movimentos sociais camponeses resgataram esse sentido da mística e o trouxeram para a prática política. Para Bogo (2010),

A mística empurra quem procura. Não deixa desanimar. Mesmo na exaustão de procurar ela incentiva a tentar mais uma vez. Até na hora que estamos desistindo, aparece e como a flor se abrindo, nos traz um sentimento de honradez. Com sua energia plena, nos diz que tudo vale a pena. (BOGO, 2010, p. 2).

A mística passa pela retomada de referenciais teórico-políticos, por uma retrospectiva crítica das lutas e pela reinvenção e pelo uso de símbolos, gestos e comportamentos que ajudem a revitalizar o horizonte utópico, combinando o sonho numa sociedade nova — igualitária, solidária e democrática — com o compromisso de contribuir com sua construção desde agora, engajando-se na luta contra o atual projeto capitalista.

### Formação pluralista, classista, crítica e criativa

A formação transformadora recusa a visão única, pois dialoga com uma diversidade de pontos de vista existentes e pauta-se na questão da identidade de classe. O “fazer pedagógico” deve estimular que essas diferentes visões sejam explicitadas, ao tempo que deve aguçar a capacidade de questionamento crítico, ampliando as possibilidades de revigorar a luta sindical.

### Formação numa perspectiva de ação transformadora

A experiência dos educandos e das educandas, das lideranças e a prática sindical desenvolvida pelo movimento são objetos de estudo e lugares de “retorno à ação concreta”. O acesso a conhecimentos e ferramentas teóricas e metodológicas contribui para reflexões sobre a prática política, ao mesmo tempo que a qualifica para realizar ações que avancem a

organização e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse princípio dialoga com a intencionalidade de subsidiar a luta contra-hegemônica a partir do fortalecimento da classe trabalhadora e do aprimoramento dos instrumentos de luta, resguardando o olhar crítico sobre suas próprias práticas e estruturas organizativas. Assim, o projeto histórico de luta, embrião dessa organização pedagógica, é um dos caminhos para a superação do capitalismo, cujos efeitos excluem trabalhadores e trabalhadoras de seus direitos. Uma educação transformadora está vinculada ao projeto de sociedade.

### A memória como um potencial crítico-transformador na formação

A memória não é aqui pensada na perspectiva subjetiva e nem estritamente psicológica. Trata-se de uma abordagem que concebe a memória como potencialidade problematizadora das relações socioeconômicas e étnico-culturais, historicamente construídas. A desconsideração dessa historicidade tende a ofuscar a perspectiva das transformações socioeconômicas e culturais e a não vislumbrar horizontes utópicos, tão persistentes nas reflexões de Freire (1987).

As disputas pelas memórias dos acontecimentos vividos ou negados não é um problema novo na história. Num certo sentido, desde os primórdios da humanidade, esse problema está presente. Somente algumas memórias continuaram vivas no tempo, conquistando posições hegemônicas e tornando-se referência para pensar o próprio passado. Comunidades, grupos e classes sociais produziram determinadas versões dos fatos. Algumas das quais foram registradas em pinturas, esculturas, monumentos, genealogias, escritos, bem como conservadas nas tradições orais etc. Para que determinadas experiências conquistassem uma posição hegemônica, foi

**A memória tem aqui uma dupla significação: é entendida como um conjunto de representações do passado que se tornaram dominantes e, também, diz respeito à capacidade dos sujeitos (pessoal e coletivamente) pensarem o passado, reavivando dele situações e experiências silenciadas. Nesse caso, a memória é mediadora entre o presente e o passado e, por isso, possui um potencial crítico-transformador.**

necessário silenciar outras que fossem relegadas ao esquecimento e, por conseguinte, excluídas das memórias.

Abordar memória e identidade significa valorizar a história individual e coletiva dos trabalhadores e das trabalhadoras, em contraponto a uma versão oficial que repercute a visão hegemônica de mundo e de ser humano. Essa dimensão de memória nos processos educativos permite revisitar experiências, vivências, épocas passadas, histórias de vida. Permite, ainda, um encontro com o fio da história de resistência e de luta, em que cada homem e cada mulher se colocam como construtores(as) de sua própria história.

Por outro lado, os próprios movimentos e organizações populares precisam incorporar, em suas práticas cotidianas, não apenas discussões de caráter político, mas também questões que dizem respeito às memórias, e construam relações permanentes de diálogo entre o presente e o passado. Essa dimensão retrata as questões culturais, que façam aflorar aspectos tradicionais disseminados de geração a geração, que reforcem as crenças das pessoas. Tudo isso precisa ser resgatado e abordado na visão de sujeitos libertados, o que demanda um novo jeito de se apropriar dessa história, apoiado na criticidade e na rebeldia frente à arbitrariedade da história oficial manipulada pelos segmentos hegemônicos de nossa sociedade. A valorização da memória e da identidade sociopolítico-cultural é vista aqui como imprescindível para que se realize a pedagogia para uma nova sociabilidade.



4

# ESTRATÉGIA POLÍTICO- PEDAGÓGICA DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

---

Desde o 1º Enafor, o movimento definiu como estratégia retomar a formação política referenciada na abordagem de classe, gênero, raça e orientação sexual, articulada aos contextos políticos e à formação temática que as frentes de atuação do PADRSS demandam. Essa estratégia reafirma a importância da formação, sobretudo, por ela problematizar a prática sindical, promovendo a reflexão e reorientações necessárias para a implementação do PADRSS, orientada a partir de diretrizes.

## Diretrizes

Diretrizes são metas, finalidades e linhas que orientam as bases da PNF que os congressos da Contag deliberam e os Enafor discutem, bem como apontam as estratégias formativas. Assim, podem-se elencar como diretrizes:

- a) fortalecer espaços e instrumentos potencializadores da ação sindical e de práticas formativas libertárias e transformadoras, que dialoguem com a diversidade dos sujeitos nas suas identidades sociais e coletivas;
- b) assegurar, na formação, o debate das populações LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros, queers, intersexuais, assexuados e outras diversidades) no campo, floresta e águas, orientando a implementação de ações que reconheçam e valorizem esses sujeitos sociais, seus direitos e demandas;
- c) assegurar, nos espaços de formação do MSTTR, a discussão dos princípios da agroecologia, através da articulação de diferentes saberes e práticas a favor da construção coletiva do conhecimento;
- d) estimular o diálogo e a articulação com outros países latino-americanos para fortalecer um movimento de educação popular na América Latina que contribua para a transformação social;
- e) aprofundar o debate teórico sobre as temáticas racismo e patriarcado, criando as condições para que esses temas sejam trabalhados em oficinas específicas, em forma de vivências e também na composição dos temas centrais, tanto nos cursos da Enfoc quanto em outras atividades de formação do MSTTR, com objetivo de entender a formação do pensamento brasileiro;
- f) ampliar e fortalecer a aliança entre as organizações camponesas e a articulação em redes, avançando na relação campocidade, em defesa do projeto da classe trabalhadora;
- g) reafirmar a Enfoc como espaço estratégico para fortalecer e consolidar o projeto político transformador que valorize o ser em toda a sua diversidade — social, cultural, étnico-racial, sexual e de gênero — e que fortaleça a nossa identidade de resistência e a cada um de nós como sujeitos de direitos;

**h)** qualifique a atuação dos sujeitos do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares para a ocupação de cargos eletivos (Executivo e Legislativo), incorporando a discussão da política partidária;

**i)** realizar ações formativas direcionadas à base, que considerem as especificidades dos sujeitos envolvidos na formação e acolham a sua diversidade, a mística, a religiosidade, as tradições culturais, a memória e as histórias de vida como parte dos processos formativos, assegurando a identidade dos sujeitos;

**j)** aprimorar os processos formativos que a Enfoc vem desenvolvendo, multiplicando os processos decorrentes deles (GES, mutirões sindicais, cursos etc.), visando ao fortalecimento da organização na base do MSTTR;

**k)** ampliar e fortalecer os GES, acolhendo as demandas locais de formação e a constituição de grupos específicos de mulheres, jovens, terceira idade, por segmento produtivo e(ou) organizativo;

**l)** reafirmar a importância do papel da Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc, fortalecendo-a para que se articule em todos os níveis e, assim, favoreça o enraizamento dos processos formativos de base;

**m)** consolidar a sistematização enquanto prática pedagógica coletiva do conhecimento referenciada na educação popular e no fortalecimento da Rede de Educadores e Educadoras Populares;

**n)** promover a integração das ações de educação do campo com as ações do desenvolvimento rural sustentável e solidário, para o fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária;

**o)** intensificar a comunicação popular nos espaços de discussão, promovendo atividades específicas com comunicadores(as) populares no itinerário da Enfoc (nacional, regionais e estaduais).

## Objetivos

A partir das diretrizes a PNF, devem-se fortalecer as lutas da classe trabalhadora, favorecer diálogos entre as organizações sindicais e os movimentos sociais, fazer leituras de realidades e contextos, primando sempre pelo respeito à diversidade dos sujeitos e às identidades de gênero, geração, raça/etnia, tendo em vista os seguintes objetivos:

- a) contribuir para o fortalecimento do PADRSS, tendo em vista o novo contexto político, econômico, ambiental e social e as novas configurações organizativas e representativas do MSTTR;
  - b) contribuir para a formação de sujeitos críticos, criativos, participativos e engajados na ação sindical, em suas diferentes frentes de luta e níveis da organização do MSTTR, comprometidos com a transformação política e a emancipação dos sujeitos;
  - c) incentivar a articulação das diferentes ações formativas desenvolvidas pelo MSTTR, suscitando espaços coletivos de debate, formulação e atuação formativa;
  - d) contribuir para o avanço das reflexões e das formulações sobre estratégias e políticas de desenvolvimento, que considerem a diversidade de formas organizativas e produtivas, de relações com a terra, com as águas e com os diferentes biomas, numa perspectiva de fortalecimento de alternativas de desenvolvimento rural sustentável e solidário;
  - e) construir processos formativos referenciados na educação popular, tendo como perspectiva a construção coletiva do conhecimento, a sistematização da prática educativa, a multiplicação criativa e a auto-organização de coletivos e redes;
  - f) consolidar espaços e instrumentos potencializadores da ação sindical e de práticas formativas libertárias e transformadoras que dialoguem com a diversidade dos sujeitos nas suas identidades sociais e coletivas.
- 

## Público e critérios de participação nas atividades formativas

O público e os critérios de participação nas atividades formativas são os seguintes:

- a) abrangência, como público-alvo, de agricultores e agricultoras familiares que ocupam cargos de direção das entidades sindicais — sindicatos, federações, Contag —, funcionárias e funcionários dessas entidades sindicais, lideranças de base do movimento e de organizações parceiras;
- b) atendimento da participação de diferentes sujeitos do campo — assentados(as), povos e comunidades tradicionais, atingidos por barragens, LGBTQI+, assalariados(as) rurais, ribeirinhos(as), extrativistas;
- c) comprometimento com a multiplicação criativa do processo formativo nos espaços de atuação militante;
- d) cumprimento da cota de, no mínimo, 50% de participação de mulheres em todas as atividades de formação, bem como as deliberações relativas à participação de jovens e pessoas da terceira idade e idosas.

## Modalidades da política de formação

Todos os espaços do MSTTR são considerados formativos, tanto na modalidade de formação programada quanto na de formação na ação, que podem ser definidas como:

- a) **Formação na ação** – É aprender com as experiências do cotidiano do movimento sindical, que tem como conteúdos a vida e as lutas, evidenciadas a partir de variadas atividades, como: mobilização e luta (campanhas salariais, acampamentos, assembleias, mutirões, Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, Jornadas Pedagógicas, entre outras); articulação (reuniões nas comunidades, visitas aos locais de trabalho, panfletagem nas feiras, portas de banco, entre outras); gestão sindical (plantões na sede do sindicato, reuniões de diretoria, conselhos, congressos, reuniões nas comunidades rurais e de organização e planejamento das finanças das entidades); e atividades culturais (festivais, gincanas, mostra de arte e cultura, feiras, torneios esportivos, entre outras). Nessa perspectiva, segundo Freire (1981), como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, e o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade” decorrentes desta presença.

b) **Formação programada** – Consiste em organizar e realizar processos formativos continuados e estruturados em suas formas, conteúdos e intencionalidades, que se realizam por meio de cursos, seminários, oficinas, jornadas e mutirões pedagógicos para atender demandas dos espaços deliberativos do MSTTR, com objetivos explícitos de fortalecimento das lutas e da organização da classe trabalhadora. Os processos de formação devem articular o conjuntural com o estrutural, de modo a contribuir com a capacidade dos sujeitos compreenderem as raízes da exclusão e dominação na sociedade capitalista e ampliar a participação dos(as) diretores(as) nos processos de formação.

## Linhas da Política Nacional de Formação

As linhas de formação são as estratégias que orientamos os processos formativos

e buscam contribuir para a superação dos desafios de concretização do PADRSS. Estas se efetivam por meio de duas modalidades formativas — a formação programada e a formação na ação — e estão organizadas a partir das principais frentes de atuação do movimento. Cada uma das linhas de formação se baseia nas experiências formativas e de capacitações que a Contag vem realizando, com sindicatos e federações.

O 12º Congresso da Contag orientou que as linhas da PNF fossem discutidas e atualizadas com vistas a atender às atuais estratégias e demandas do conjunto do MSTTR. No seu 13º Congresso, a Contag discutiu e deliberou a atualização das linhas da PNF. O debate partiu do pressuposto que a educação popular e a educação do campo são constitutivas de uma mesma concepção e prática educativa, de valorização de saberes populares e do reconhecimento de que os sujeitos políticos do campo, das florestas e das águas são diversos nas suas especificidades, necessidades e contextos.

Portanto as linhas de formação da PNF, aprovadas no 13º CNTTR, têm como finalidade orientar a construção de processos formativos dos sindicatos, federações e Contag, com vistas ao fortalecimento da atuação do movimento sindical desde a base. As linhas de formação são as seguintes:

- a) Educação popular e construção de novas sociabilidades** – Proporciona uma formação orgânica, processual, continuada, multidisciplinar, antirracista e feminista interseccionada (interligada) por classe, gênero, orientação sexual e geração, envolvendo os diversos sujeitos do campo, das florestas e das águas para a promoção de mudanças culturais e políticas no fazer sindical, visando ao fortalecimento das lutas, da organização e da representatividade da agricultura familiar e camponesa; a promoção de práticas sindicais igualitárias, éticas, includentes e solidárias; o combate a todas as formas de discriminações, violências e preconceitos; e a articulação da organização-formação-ação, com os elementos estruturantes do PADRSS e com as discussões sobre o projeto democrático e popular de sociedade que as organizações e movimentos feministas, populares e sindicais constroem e defendem.
- b) Organização sindical e sustentabilidade político-financeira** – Propõe o fortalecimento das entidades sindicais a partir da atuação dos sujeitos políticos para responder às demandas da categoria; e investe na implementação do Orçamento Sindical Participativo e na construção e adoção de mecanismos transparentes e democráticos de gestão sindical que promovam relações éticas, democráticas, autônomas, participativas e solidárias, contribuindo para a superação dos desafios da organização sindical, da gestão e da sustentabilidade político-financeira.
- c) Democracia, participação política e controle social** – Promove o fortalecimento da representação sindical nos espaços de participação política e controle social que formula, delibera, implementa e monitora as políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa; a compreensão sobre orçamento público na perspectiva do direito; e o acesso aos direitos sociais, como saúde, educação, assistência e previdência, reconhecendo esses direitos como pilares essenciais para a qualidade de vida e a permanência dos agricultores e das agricultoras familiares no campo, na floresta e nas águas.
- d) Desenvolvimento sustentável e inclusão social e produtiva** – Propõe o fortalecimento e a criação das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável com base nos elementos estruturantes do PADRSS, centradas na efetivação da reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar a partir do acesso a terra, água, cadeias e arranjos produtivos, associativismo, cooperativismo, agroindustrialização, educação do campo, práticas integrativas e complementares de saúde, energias renováveis, reconhecendo a importância do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres e também das juventudes para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa; e estimula o debate sobre modelos sustentáveis de produção agroecológica, a preservação dos biomas e o respeito às especificidades e às necessidades dos sujeitos do campo, da floresta e das águas e o seu protagonismo na construção de um projeto democrático e popular de sociedade.

e) **Comunicação sindical e popular em rede** – Promove a formação de sujeitos políticos do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento e a ampliação da Rede Nacional de Comunicadores e Comunicadoras Populares e de profissionais de comunicação do MSTTR para implementar a Política Nacional de Comunicação da Contag; dá visibilidade aos elementos estruturantes do PADRSS e aos agricultores e às agricultoras familiares a partir de suas especificidades e realidades regionais; e constrói a disputa de narrativas frente aos meios de comunicação empresariais e hegemônicos das elites e na sociedade, bem como o combate às fake news (notícias falsas). Proposta de Resolução: desenvolver processos formativos da Rede Nacional de Comunicadores e Comunicadoras Populares, de profissionais de comunicação e a Rede de Educadores e Educadoras Populares já existentes, que atuam nos SINDICATOS, nas FEDERAÇÕES e na Contag, para fortalecer o trabalho de base, dar visibilidade à importância da agricultura familiar e às lutas e às conquistas do MSTTR e disputar narrativas frente aos meios de comunicação e na sociedade.

f) **Aprofundamento temático e desenvolvimento metodológico** – Promove debates sobre temas estratégicos do movimento sindical, formações específicas com a Rede de Educadores e Educadoras Populares e a autoformação dos sujeitos políticos envolvidos nos processos formativos, visando aprofundamento teórico, temático, pedagógico e metodológico em perspectiva multiplicadora; potencializa a construção coletiva do conhecimento e do desenvolvimento de processos de sistematização de experiências e(ou) práticas sociais; incide nos processos políticos-eleitorais, estimulando candidaturas orgânicas do campo democrático e popular e na promoção e articulação de parcerias.



Conforme deliberação do 13º CNTTR, em 2021, para que se obtenha maior efetividade na implementação das linhas de formação, recomenda-se que seja utilizada a estratégia formativa com alternância de tempos e espaços — tempo escola e tempo comunidade —, bem como as tecnologias da informação e comunicação (TICs), buscando relacionar os espaços de atuação dos sujeitos políticos com os temas refletidos nas atividades presenciais e(ou) virtuais. Dessa forma, é possível estreitar a relação entre organização-formação-ação nos processos formativos e, assim, fortalecer o trabalho de base que leve em conta as distintas realidades dos sujeitos políticos, de suas organizações e dos seus espaços de atuação.

Além disso, é importante que a formação aborde temas que relacionem o conjuntural, o estrutural e o cotidiano da vida, como espiritualidade/religiosidade, orientação sexual, relações étnico-raciais e de gênero, novas masculinidades, arte e cultura popular, articulando abordagens da racionalidade política com a política dos afetos. São temas que atravessam o campo das subjetividades nutridas pelas trajetórias de vida das pessoas, portanto carregados de sentidos políticos e sustentados pelas estruturas da sociedade. Convive-se com crescentes manifestações de preconceitos raciais, de gênero, xenófobos e sexistas que se manifestam de diferentes nuances e ataques à vida de pessoas que expressam outras formas de existir, pensar e atuar no mundo. É preciso considerar que a amorosidade e a dimensão dos afetos também são conteúdos do mundo da política e não podem ser considerados como temas “pouco relevantes” nos processos formativos. É necessário, portanto, que os tempos formativos sejam reprogramados para dar margem a essa relação (13º CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG, 2021, p. 216).

## A implementação das linhas de formação

A formação deve promover reflexões sobre as questões conjunturais e estruturais, na busca de incidir mudanças nos processos políticos-eleitorais, estimulando candidaturas orgânicas ao MSTTR, do campo democrático e popular; na construção de uma sociedade justa e igualitária; na promoção e na articulação de parcerias; no aprofundamento temático e no desenvolvimento metodológico; na promoção de debates sobre temas estratégicos e atuais do movimento sindical; em formações específicas com a Rede de Educadores e Educadoras Populares; na autoformação dos sujeitos políticos envolvidos nos processos formativos, visando ao aprofundamento teórico, temático, pedagógico e metodológico em perspectiva multiplicadora; e na construção coletiva do conhecimento e do desenvolvimento de processos de sistematização de experiências e(ou) práticas sociais.

Para cada linha, é preciso construir estratégias específicas, a partir das necessidades e das intencionalidades que as secretarias projetam, para darem conta das demandas de formação política e formações de temáticas. Combinar a virtualidade e a presencialidade nos processos formativos tem sido, nos últimos dois anos, um caminho favorável. Segundo Delfante (2021), o uso das TICs nos processos formativos, bem como ferramentas de plataformas de

ensino a distância, é algo relativamente novo e desafiador, especialmente para os processos formativos que se orientam pela concepção da educação popular. Esta tem princípios bem definidos e inegociáveis, pautados na autonomia, na construção coletiva do conhecimento, na valorização dos saberes populares, tendo como alicerce o diálogo, a troca de conhecimentos, a vivência, o olho no olho e a amorosidade que só a interação presencial pode proporcionar. No entanto essa combinação tem se mostrado interessante se planejada com certos cuidados.

A necessidade de dar continuidade aos processos formativos, apesar da pandemia de covid-19, que acometeu o mundo nos últimos dois anos, fez com que se percebesse que as tecnologias poderiam ser aliadas da formação, a depender do uso que se faz delas. Ademais, os cinco anos de experiências da Enfoc com a plataforma Moodle mostraram que é possível aprimorar seus instrumentos em favor da educação popular sem, contudo, perder a perspectiva histórica, o sentido da construção coletiva de conhecimentos e da interatividade amorosa. Além disso, pode-se promover a inclusão digital das pessoas, bem como a disputa de conteúdo nas redes sociais.

Portanto, para a construção das estratégias de implementação das linhas de formação da PNF, recomenda-se que as plataformas sejam utilizadas como apoio aos processos formativos. Para tanto, é fundamental, além

do cuidado pedagógico e metodológico, que se leve em consideração as diferentes realidades dos sujeitos, o perfil da turma e as condições de acesso à internet e aos equipamentos. É importante fazer uso das ferramentas das plataformas para interação entre as pessoas, criando possibilidades de autoaprendizagens educador(a)-educando(a) e a responsabilização com a integralidade do processo formativo. Além do mais, é preciso entender que as plataformas não substituem a presencialidade. Elas devem ser parte do processo, auxiliando as estratégias e as relações e favorecendo a ampliação do alcance das atividades.

## Planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização

O compromisso com a ação concreta de transformação social requer que se avalie continuamente a prática dos diversos sujeitos. Dessa forma, torna-se possível reelaborar a própria prática e, ao mesmo tempo, o processo formativo a partir da identificação dos avanços e das dificuldades vivenciadas pelos sujeitos da formação. Entre os referenciais de avaliação, será conveniente incluir: o desempenho do público da formação; as várias dimensões abordadas na formação — político-ideológica e pedagógico-metodológica —; os resultados e os impactos alcançados, tendo como pressuposto os objetivos previamente delineados. A avaliação deve ser vista como parte de um sistema de

instrumentos, procedimentos e metodologias específicas. Refere-se, assim, ao chamado sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS). Essa estratégia é aglutinadora dos processos formativos desenvolvidos pelas linhas da PNF e busca a reflexão sobre a concepção, os produtos e as finalidades. O planejamento das entidades sindicais considera a importância da concretização das políticas deliberadas nas instâncias do MSTTR, e a dimensão da comunicação é utilizada como instrumento que propaga e potencializa as ações a partir dos conteúdos produzidos.

## Rede de Educadores e Educadoras Populares

Compreende-se que, para fazer formação num país de tamanho continental, diverso e complexo como o Brasil, só atuando de forma coletiva e em rede, como propôs a PNF em meados de 2009, quando afirmou que:

Constituir uma rede de formação é uma forma de garantir a horizontalidade da organização de educadores e educadoras. Onde as conexões necessárias entre seus integrantes e respectivas instâncias estejam permanentemente estabelecidas. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2009, p. 37).

A Rede de Educadores e Educadoras Populares foi sendo constituída à medida que os processos formativos foram sendo realizados. Hoje se pode dizer que a rede é “movimento” dentro do MSTTR que faz a militância de trabalho de base, inspirada nos princípios da educação popular. A circulação desses(as) educadores(as)-militantes é assegurada pelas organizações do MSTTR (sindicatos, federações e Contag), quando garantem que esse jeito de atuar chegue às comunidades e aos assentamentos rurais. Quando a contribuição financeira das entidades sindicais se soma ao compromisso dos(as) educadores(as) com a realização das atividades, têm-se um fortalecimento da organização e uma maior representatividade e participação da base no movimento. Cada educador(a) anima o processo e cria as condições de comunicação e troca, pois os espaços formativos estão em constante construção assim como os demais espaços do Movimento. Assim, ambos os espaços se alimentam, se fortalecem e se renovam (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2016).

Na dialética do fazer que envolve ensinar e aprender, a rede se faz e se refaz, dando sentido prático à sua existência e possibilitando dinamicidade e compromisso com as lutas da classe trabalhadora do campo e da cidade e com as tarefas específicas para seu fortalecimento e ampliação, na busca de:

- a) orientar as federações e sindicatos para identificarem os(as) educadores e educadoras que passaram pelos processos formativos da Enfoc e realizar atividades regionais específicas com o objetivo de sensibilizá-los para contribuírem com as ações formativas do MSTTR;
- b) fortalecer a rede através de um processo de formação continuada em temas que abordem as relações políticas e o Estado, a educação popular e metodologias.
- c) reafirmar que é a ação e a luta cotidiana na base, no partido, nos coletivos, nos espaços organizativos diversos que confere a identidade do(a) educador(a) popular.

A estruturação de uma rede também foi uma forma de garantir a horizontalidade na organização dos educadores e das educadoras populares no interior do MSTTR, em que as conexões necessárias entre seus integrantes e respectivas instâncias sejam permanentemente construídas. Foi também uma forma de assegurar que os processos formativos fossem orientados pelos princípios e pelas diretrizes da PNF.

A atuação em rede tem possibilitado:

- a)** estímulo dos espaços organizativos horizontais, envolvendo educadores(as), colaboradores(as) e parceiros(as) institucionais, que potencializam a ação formativa numa perspectiva dinamizadora da ação sindical;
- b)** multiplicação criativa de saberes e fazeres com autonomia para planejar, articular, mobilizar, preparar, criar e recriar processos formativos com um jeito próprio e a partir de cada realidade;
- c)** fortalecimento dos sujeitos e suas organizações, com ressignificação e afirmação da luta e da militância como estratégia e prática de resistência, oportunizando e potencializando a atuação da base;
- d)** integração com outras redes na América Latina, como, por exemplo, o Ceaal e o Coletivo Ceaal, Brasil em conjunto com outras 35 organizações.

A atuação em rede requer uma comunicação eficiente e comprometida com o projeto político e os princípios que orientam a formação. O uso das tecnologias da comunicação tem contribuído para as estratégias de atuação em rede, num movimento que se faz para dentro e para fora do movimento. Para dentro, retroalimentando-o de informações e fortalecendo o vínculo entre os(as) educadores(as); para fora, mostrando, para a sociedade, parceiros, outros movimentos e instituições, o jeito de ser da Enfoc, dando vida à rede, que se amplia e se fortalece a cada processo formativo que desenvolve.

## Organicidade da formação: aprender a “fazer fazendo”

Aprender a “fazer fazendo” é um jeito próprio de motivar a organicidade pedagógica dos processos formativos através das chamamos de comissões de trabalho. Organizar processos formativos de bases participativas requer tempo educativo, em que educador(a) e educando(a) planeje e desenvolva

atividades de cuidados e de reflexões participativas sobre o processo de ensino-aprendizagem e de autocrítica durante os cursos. O exercício dessa prática desperta no educando-educador a curiosidade, o respeito aos processos e às pessoas, a vivência da práxis nos processos formativos, a construção coletiva e a mediação de conflitos. À medida que as comissões de trabalho planejam uma determinada atividade com a turma, estão praticando a pedagogia da autoaprendizagem. Os tipos de comissões vão depender da intencionalidade e do que se pretende com cada uma delas. Normalmente, as comissões são seguintes:

- a) Comissão de Organização – Organiza os espaços de atividade pedagógica, reflete com a turma sobre o cumprimento dos acordos de convivência e apoia os educadores(as) no desenvolvimento das atividades e, ainda, ajuda na limpeza da sala de aula.
- b) Comissão de Avaliação – Planeja e executa estratégias de avaliação em processo, envolvendo a turma para identificar aspectos que necessitam de readequação no planejamento das atividades do curso, visando ao cumprimento dos objetivos.

c) Comissão de Mística – Estimula, a partir de dinâmicas e vivências, a reafirmação da luta e dos símbolos do MSTTR, reflete os contextos, problematiza situações, comportamentos e conflitos e evidencia as potencialidades, as lutas de resistência do cotidiano das comunidades e das organizações.

d) Comissão de Educação Ambiental – Estimula práticas de cuidados com o meio ambiente a partir do cotidiano da turma, aportando reflexões sobre o uso sustentável e a conservação dos bens naturais, bem como organiza espaços de terapias naturais, autocuidados e cuidados com o ser humano em sua integralidade.

e) Comissão de Sistematização – Anima a turma para a autorreflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, cria espaços de diálogos, organiza sínteses e memórias dos conteúdos e destaca, ainda, questões a serem aprofundadas, apontando conteúdos para reflexões.

f) Comissão de Animação e Lazer – Cuida de todos os espaços de aprendizagens extrassala e organiza, em sintonia com a programação do curso, espaços e momentos de confraternização e brincadeiras educativa.

A PNF pode ser traduzida da forma representada no gráfico a seguir.



## Financiamento da Política Nacional de Formação

É preciso construir uma política de autossustentação da formação, pois, sem isso, os processos formativos ficam dependentes de financiadores externos. A construção da autonomia financeira passa também pela busca de parcerias, mas compreendendo que não se muda os rumos da formação de um movimento plural como o MSTTR se ficar na dependência de parcerias ou agentes financeiros.

A construção do Fundo Solidário da Enfoc, constituído a partir do desconto de 1% sobre as mensalidades sociais de aposentados(as) e pensionistas, assegura que a escola construa autonomia e defina a linha política conforme a PNF aponta. É através da Enfoc que o movimento assegura a realização de ações formativas coerentes com os princípios, as diretrizes e os objetivos da PNF, como também a ampliação e o fortalecimento do trabalho de base por meio do apoio político-pedagógico e financeiro às federações e sindicatos.

# ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

---

O desejo de construir uma escola sindical começou a ser gestado pelas mulheres trabalhadoras rurais a partir da conquista da cota de representação de, no mínimo, 30% nas direções das entidades sindicais, aprovada no 7º CNTTR, em 1998. Na 3ª Plenária Nacional das Mulheres, em 2004, o debate sobre a formação se fortalece, reconhecendo-se a importância de uma escola para o conjunto do movimento sindical.

Embora a deliberação sobre a criação da Enfoc tenha acontecido durante o 9º Congresso Nacional da Contag (2005), foi durante o 1º Enafor que foi projetada a estratégia de seu funcionamento e sua atuação. Além de refletir sobre o funcionamento da escola, o 1º Enafor tratou também das suas bases pedagógicas, isto é, da PNF e do PPP. Seu eixo orientador foi: Construindo uma Política Nacional de Formação.

A Enfoc, criada em 2006, é parte da estratégia político-pedagógica da PNF e tem como missão desenvolver formação política de forma processual, continuada, multidisciplinar e articulada à estratégia multiplicadora para alcançar o conjunto das organizações sindicais de base e fortalecer as lutas do MSTTR em suas várias frentes de atuação e instâncias organizativas. Imbuída disso, investe na capacidade das pessoas e acredita que estas, ao terem acesso à formação e ao qualificarem sua prática política, contribuem de forma mais significativa e intensa para a organização e a luta do movimento sindical.

Com base nisso, a Enfoc define processos educativos, norteia sua linha pedagógica, orienta as ações e estabelece seus conteúdos.

A Enfoc se consolidou como um espaço estimulador das reflexões sobre a prática sindical e também de aprofundamento dos temas presentes na agenda sindical. Favorece a pluralidade de ideias, a construção coletiva do conhecimento, a autocrítica, a troca de experiências e a partilha de saberes e fazeres, realimenta a utopia, estimula um olhar crítico para a prática e aponta caminhos para o aprimoramento dessa prática.

## A organicidade da Escola Nacional de Formação

A Enfoc é uma escola orgânica<sup>13</sup>, à Contag e, enquanto tal, é desafiada a tornar-se uma permanente consciência crítica do MSTTR, contribuindo para que este pense e repense criticamente os rumos da luta, a organização sindical, as práticas sindicais e seu projeto político, o PADRSS. Os espaços de formulações e decisões gerais sobre a escola são os mesmos que deliberam sobre a PNF (congressos e conselhos).

Outros momentos de reflexão e elaboração são as atividades periódicas do Coletivo Nacional de Formação do Conselho Político Gestor e das coordenações política, pedagógica e da equipe operativa. Outros espaços privilegiados de avaliação, proposições de temáticas e demandas são os coletivos e as comissões específicas das secretarias da Contag.

**13\_ Entende-se como orgânica uma organização vinculada politicamente a outra, com espaços comuns de deliberação e construção política.**

Considerando que a formação e a organização sindical se constituem em uma relação indivisível — a formação é o lugar de reflexão crítica da prática sindical e a organização

é o lugar onde a prática se efetiva —, é importante considerar que a atuação da Enfoc tem contribuído para o fortalecimento da organicidade do movimento e para a superação dos seguintes desafios:

**a)** garantia da representatividade de todos os sujeitos da base sindical, entre eles assentados(as) da reforma agrária, beneficiários(as) do crédito fundiário, acampados(as) na luta pela terra, povos e comunidades tradicionais, bem como reconhecimento de suas diversas formas de organização, a exemplo dos(as) atingidos(as) por barragens e dos(as) sem-terra;

**b)** construção de referenciais para ampliar e fortalecer o trabalho de base a fim de atender aos interesses e às demandas da categoria, estimulando o vínculo associativo e a participação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares na organização sindical;

**c)** cumprimento dos princípios e das diretrizes que orientam a ação e a prática sindical, a organicidade e o fortalecimento do sistema confederativo (STTRs, Fetags e Contag), tendo, como princípios éticos, democracia interna, solidariedade, boas práticas, transparência, combate ao nepotismo, corresponsabilidade e respeito à igualdade e à diversidade de gênero, geração, crença e raça/etnia;

**d)** fortalecimento da organização da classe trabalhadora com uma articulação entre Contag, Contar, outras organizações do campo e centrais sindicais (CUT e CTB).

## Tempos e espaços formativos

Os cursos da Enfoc acontecem em alternância de tempos e espaços — tempo escola e tempo comunidade. No tempo escola, são estudados os conceitos e os conteúdos a partir das unidades referidas anteriormente e das pesquisas e dos estudos feitos pelos educandos e pelas educandas, proporcionando articulação entre prática e teoria. Do mesmo modo, ocorre com o tempo comunidade, em que os educandos e as educandas, ao retornarem para os espaços de militância, levam consigo orientações para interagirem e refletirem sobre a relação dos conteúdos estudados, no tempo escola, com sua realidade e com as frentes de atuação política do MSTTR. Assim se organizam a alternância dos tempos e espaços formativos:

- a) Tempo escola – Constitui-se em momentos formativos realizados na escola de formação, nos institutos de formação, nos coletivos de formação, nos grupos de estudos, por meio da formação programada na modalidade presencial, e também no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma Moodle).
- b) Tempo comunidade – Constitui-se em momentos formativos realizados no cotidiano sindical, na formação na ação e nas atividades de pesquisa, de estudos, de sistematização.

Conforme reafirmado no 13º CNTTR, em 2021, a Enfoc, em sua prática pedagógica, se fundamenta nos princípios da educação popular, realiza processos formativos articulados na perspectiva da multiplicação criativa e estimula a criação dos GES nas comunidades como estratégia de formação de base para fortalecer a luta dos sujeitos do campo, da floresta e das águas. E, além disso, deve assegurar a ampliação da formação de base através dos itinerários formativos da Enfoc nos polos e sindicatos.

## Finalidades

A pedagogia que fundamenta a formação política da Enfoc orienta-se pelos referenciais político-pedagógicos e metodológicos<sup>14</sup> da educação popular: teologia da libertação, a pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, e o materialismo histórico-dialético, de Marx e Gramsci, conforme descrito anteriormente. Pretende-se com isso que a escola contribua para:

- a) constituir e desenvolver itinerários formativos político-sindicais, que valorizem a abordagem ideológica e classista, voltada para estimular o protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras na disputa pela construção de uma nova sociabilidade alternativa e alterativa ao capitalismo;
- b) construir e desenvolver metodologias que respeitem a pluralidade de ideias e as especificidades dos sujeitos políticos e possibilitem a educandos e educandas o acesso às diversas visões existentes sobre um tema, suas contradições e como se expressam na sociedade e na organização sindical;
- c) estimular o desenvolvimento de processos formativos continuados nas diversas áreas temáticas, que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o PADRSS do MSTTR;
- d) qualificar o debate sobre concepção e prática sindical; identidade camponesa, geracional, étnico-racial, de gênero e orientação sexual; organização da produção familiar: beneficiamento e comercialização da produção; agroecologia; sustentabilidade e solidariedade; reforma agrária, políticas públicas; educação do campo, saúde, moradia e inclusão social; democracia e participação cidadã;
- e) qualificar e ampliar quadros de militantes do MSTTR para fortalecer a representatividade do movimento, considerando a diversidade dos povos do campo, das águas e das florestas.

14\_ Os referenciais são o guia conceitual orientador da prática formativa e institucional do MSTTR.

## Estratégia e itinerário formativo

**Itinerário formativo é o caminho pedagógico-metodológico adotado para desenvolver a estratégia. O desafio de alcançar a base sindical e a perspectiva de provocar mudanças na prática e fortalecer a luta sindical para a implementação do PADRSS foi o que motivou a idealização de um Itinerário formativo composto por cursos nacionais, regionais e estaduais, GES, seminários de aprofundamentos temáticos, oficinas de autoformação e novos espaços criados por iniciativa das federações e sindicatos.**

A estratégia contribui para compreender como se tecem hoje a opressão e a resistência para construir caminhos alternativos e alterativos de emancipação. A leitura do contexto em que se insere o trabalho e a organização da Enfoc é o ponto de partida para se planejar os itinerários formativos, ou seja, a escolha das temáticas e das metodologias que possibilitem a participação e a construção coletiva, como propõe a educação popular. A Enfoc é rigorosa quanto à metodologia, à coerência e à ética no processo de construção do conhecimento, na relação entre conhecimento existente e os novos construídos a partir das vivências pautadas pela construção de relações democráticas e igualitárias. Possibilita sua recriação ou adaptação a realidades diferentes, a locais que tenham suas especificidades, desde que mantenha o foco político de uma formação emancipatória e transformadora.

Desde 2016 que se aprimorou a estratégia de alternância com a inclusão das TICs. Essa experiência se iniciou com a sexta turma e vem sendo aprimorada, no fazer, a partir das aprendizagens. Sem dúvida, essa experiência fortaleceu a ação formativa, mantendo os educandos e as educandas durante todo o processo em permanente diálogo, contribuindo com a integração da turma, estimulando compromissos e corresponsabilidade dos educandos e das educandas com a integralidade do processo formativo que está sendo vivenciado.

## Eixos e unidades de aprendizagens

O processo formativo se estrutura a partir de eixos pedagógicos e unidades de aprendizagens do processo de formação, articulados aos contextos históricos, às realidades e às questões da atualidade.

O eixo estruturante é Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Ele consiste em resgatar, avaliar, reorientar e fortalecer, coletiva e criteriosamente, as práticas e as lutas sindicais, as conquistas e o projeto político do MSTTR, explicitando as contradições, os desafios e as possíveis saídas e atribuindo maior sentido à corresponsabilização (militância e institucional) para ressignificar as práticas e as lutas por uma sociedade justa, democrática e solidária.

Os eixos pedagógicos articulam as abordagens históricas, explicitando as contradições, os desafios, os sujeitos e suas especificidades, as lutas e as conquistas históricas em uma perspectiva crítica e criativa. Os eixos são os seguintes:

a) **Memórias e lutas sociais** – Consiste na valorização da história refletida a partir da ótica dos trabalhadores e das trabalhadoras, em contraponto à história oficial, que sustenta uma visão hegemônica, negando a história e o protagonismo da classe trabalhadora. A dimensão da memória, tida como fio da história, permite visitar experiências, vivências e culturas que ajudam na construção da identidade coletiva e de um novo jeito de se apropriar da história, apoiando-se na criticidade como dimensão pedagógica que permite a construção de uma nova sociabilidade. Permite visitar experiências, vivências e épocas passadas, auxiliando no entendimento sobre a história a partir das lutas e da visão da classe trabalhadora. Encontrar-se com nossa história pode nos trazer revelações que nos dizem do ser coletivo. Afinal, pensamentos, reflexões, debates e ações incidem no mundo e mostra que os sujeitos são construídos por fragmentos das histórias do mundo. Aos oprimidos, sempre foi dada a missão da luta, pois não há processos de libertação sem antes lutar. Freire nos diz que “a libertação, é um parto, um parto doloroso. O homem/mulher que nasce deste parto é um ser novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos” (FREIRE, 1987, p. 19).

b) **Pedagogia para uma nova sociabilidade** – Instrumental político-pedagógico emancipador, faz a crítica à concepção hegemônica de educação, que leva à reprodução do preconceito e à naturalização das desigualdades, especialmente as étnico-raciais, regionais, de gênero e geração. Estimula a apropriação das raízes identitárias da classe trabalhadora. Retoma a discussão sobre utopia e reflete sobre a construção de uma nova hegemonia da coletividade e da luta por um mundo mais humanizado, mas justo e mais democrático.

**C) Campo, sujeito e identidades** – Esse eixo pedagógico nos oportuniza a fazer um diálogo mais amíúde sobre o espaço comunitário, sobre os processos de territorialização do capital em cada espaço, trazendo para o debate o que é viver na comunidade e como as pessoas se veem e vivem esses lugares. Ao mesmo tempo, nos provoca-nos a ter um olhar panorâmico do universo comunitário, ao distanciar-se dele, como diz Paulo Freire (1987) problematizando-o, decodificando-o criticamente o sujeito se redescobre como instaurador desse mundo de sua experiência. Ao observar e experienciar o espaço coletivo, os sujeitos conseguem identificar e refletir sobre as representações sociais da comunidade. Os sujeitos diversos, no entanto, pouco elaboram conscientes e criticamente sobre si mesmos e sobre os acontecimentos ao seu redor. Ampliar nossa compreensão de mundo, para enxergar os novos sujeitos e suas relações, é perceber o ser humano como diverso, intenso, complexo e tudo isso como parte de sua singularidade e totalidade. Por tudo isso, é que o debate pedagógico/social/político mais aprofunda sobre as comunidades e os povos tradicionais, a comunidade LGBTQIA+, as juventudes (enquanto lugar de diversas identidades), as mulheres com pautas políticas e específicas, e os homens a partir das novas masculinidades.

## As unidades temáticas

As unidades temáticas são vivenciadas articuladamente, ou seja, nos momentos em que uma unidade adquire centralidade em determinado módulo dos cursos, as demais embasam o entendimento dos conteúdos, apoiadas pelos diálogos pedagógicos, que são o encontro dos saberes mediados pela relação indivisível entre prática-teoria-prática no processo de ensino-aprendizagem.

### Unidade temática I – Estado, sociedade e ideologia: projetos de sociedade em disputa

**Ementa:** estuda formas de organização da sociedade ao longo da história, explicitando características dos projetos de sociedade em disputa e refletindo sobre como o projeto hegemônico vai se configurando e dando forma ao modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal. Analisa as origens das desigualdades de gênero, de classe e de raça/etnia e a construção dos mecanismos de manutenção dessas desigualdades. Estuda as relações entre a ocupação espacial, a construção da identidade dos sujeitos do campo da floresta e das águas e as lutas populares em contraposição ao modelo dominante.

## Unidade temática II – Vida sindical: história, concepção e prática

**Ementa:** estuda a história de lutas da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo, destacando as organizações camponesas, desde as lutas de libertação que deram origem ao MSTTR no Brasil. A influência das concepções sindicais ao longo da história e o papel das centrais sindicais. Analisa o golpe militar e suas consequências para a classe trabalhadora, considerando a dimensão de gênero, raça e orientação sexual, os impactos e as resistências dos camponeses e das camponesas, as organizações, as pastorais sociais e os movimentos populares. A redemocratização do Brasil — surgimento de novos sujeitos políticos, bandeiras de lutas e relações entre Estado, movimentos sociais e sociedade. Implicações das novas bases jurídicas, organizativas e conceituais pós-Constituição de 1988 — estado democrático de direito, políticas públicas e desafios para o MSTTR.

## Unidade temática III – Desenvolvimento rural sustentável e solidário

**Ementa:** estuda o PDRSS — concepção e prática —, a teoria da educação emancipadora — educação popular e educação do campo — e as matrizes terra e água como produtoras da vida — Reforma Agrária e meio ambiente. Agroecologia e economia solidária como bases para a produção, a organização e a comercialização. Relações de equidade de

gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual. Atuação nas políticas públicas e sociais — novos interlocutores. O campo na atualidade — os novos sujeitos e os desafios para a luta articulada.

## Oficinas de autoformação

Um processo importante desenvolvido com a rede de educação são as **oficinas de autoformação**, que são espaços que proporcionam ao educador e educadora em formação a prática do seu aprendizado. As oficinas acontecem entre os módulos dos cursos para assegurar que as equipes, em processo formativo, aprofundem temas, questões e vivências e preparem-se para atuar na multiplicação criativa como educador e educadora, conforme prevê a estratégia formativa. Nos cursos estaduais ou municipais/regionais, essas oficinas também são realizadas e são um espaço de estudo e do exercício de práticas pedagógicas, incluindo o monitoramento, a sistematização do processo formativo e a multiplicação criativa nos espaços de atuação militante.

## Atividades intermódulos

Essas atividades caracterizam principalmente a vivência do tempo comunidade, em que os educandos(as), revisitando os estudos do tempo escola. As atividades intermódulos são

Por multiplicação criativa, compreende-se a recriação do curso de formação política da Enfoc nos âmbitos estaduais, municipais e microrregionais e a constituição de GES nas comunidades. A recriação dos cursos nos estados segue com a mesma concepção e os mesmos eixos temáticos e pedagógicos e acrescenta conteúdos demandados pelos(as) trabalhadores(as) a partir de cada realidade (LINS; FALKEMBACH; OLIVEIRA, 2012, p. 11).

exercitadas por meio de pesquisas sobre um determinado tema definido pela equipe de educadores(as) e estimulam a criação de GES. O objetivo das atividades intermódulos é dialogar com o cotidiano sindical, refletir sobre a realidade de vida dos agricultores e das agricultoras e as formas de ação e organização sindical.

## Multiplicação criativa: entrelaçar de práticas e saberes na base

A estratégia de **multiplicação criativa**, que acontece junto a delegacias/conselhos de base, associações, STTRs, polos/regionais, Fetags, nos diferentes tempos do itinerário formativo (cursos, GES, oficinas, seminários e rede), faz circular o conhecimento compartilhado, ressignificando-o, acolhendo novos conhecimentos e problematizando a prática sindical. Cada educando(a) recria os cursos de formação política e os GES para voltar-se à ação, criando novas configurações que fortalecem os espaços educativos e a luta do MSTTR desde a base.

Uma das formas de socialização dessas atividades são as feiras pedagógicas, uma maneira leve e dinâmica de aprender, partilhar saberes e fazeres, democratizar a fala e assegurar que todos os materiais pesquisados e elaborados sejam socializados e discutidos igualmente por todos. Podem-se citar, ainda, tantas outras metodologias construídas coletivamente na base, como, por exemplo, a mandala do conhecimento, o memorial, o júri simulado, as tendas temáticas, o baú de memória, entre outras.

Multiplicação criativa é, portanto, um espaço em que as pessoas partilham as aprendizagens. É um momento da construção

de novos aprendizados referenciados nas experiências ou práticas sociais, que ajudam a pensar a organização e a luta no movimento sindical. É, sobretudo, o movimento sindical investindo nos seus próprios intelectuais, como diz Gramsci:

Todos os homens [mulheres] são intelectuais [...], mas na sociedade nem todos têm uma função intelectual [...]. Cada homem [mulher] exerce uma certa atividade intelectual, adota uma visão de mundo uma linha de conduta deliberada e contribui, portanto, para defender e fazer prevalecer uma certa visão de mundo, para produzir novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1968, p. 7-8).

## Grupos de estudos sindicais e o trabalho de base

Conforme refletido no 4º Enafor, mais do que uma formação de base, é necessária a formação na base e com a base, incluindo a dimensão da ação e da presença das lideranças na comunidade como fundamental para formação dos sujeitos, e, com isso, inserir, de forma integrada, os diversos sujeitos do campo da floresta e das águas, com suas diferentes pautas, realidades e questões emergentes do cotidiano familiar, comunitário e social. A realidade local é o foco central da atuação da Enfoc, pois é considerado um espaço privilegiado para o estímulo de mudanças substantivas na prática política de dirigentes, funcionários(as) e militantes do MSTTR. Por isso, a constituição de GES assume importância política e estratégica no itinerário formativo.

**Grupos de Estudos Sindicais (GES) são espaços de estudos e de ação sindical organizados nas comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária. Possibilitam uma formação continuada, articulada à realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Discutem a vida sindical e aproximam os(as) dirigentes e a base. Realiza ações de acordo com as necessidades e as demandas dos agricultores e das agricultoras e estimula a militância sindical.**

## Jornada formativa

As jornadas são realizadas pelas secretarias estaduais de formação juntamente com as demais secretarias que integram o Conselho Político Gestor da Enfoc nas federações e contam com o apoio da Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc nos estados e da Equipe Pedagógica Nacional. As federações podem realizar mais de uma jornada (conforme necessidade) e orientar que os sindicatos também possam realizá-las nos municípios.

As jornadas têm contribuído para aprofundar a formação na e para a ação sindical, ampliando a capacidade de elaboração, reflexão crítica e propositiva dos sujeitos políticos, considerando as dimensões de gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual, bem como aprofundado a importância da autossustentação financeira como dimensão importante da representação e da representatividade.

A intencionalidade política dos GES é alcançar, dialogar e estimular mudanças no “fazer sindical” que alterem a realidade local. Portanto são eles os espaços mais significativas e importantes de toda a estratégia pedagógico-metodológica da Enfoc. Sua constituição e sua animação são assumidas pelas pessoas que se comprometem com o trabalho de base que a Enfoc se propõe realizar. Esses grupos são assumidos pelas lideranças e suas organizações de base e devem compor a agenda sindical das federações, polos e sindicatos, como uma das estratégias de fortalecimento dos sindicatos para a promoção de mudanças na realidade local.

Com o incentivo à criação de GES, a escola atua no sentido de possibilitar ao movimento reafirmar suas raízes de trabalho de base. Põe em prática sua visão de política, como espaço de intervenção humana onde quer que ela aconteça, na relação entre indivíduos, grupos, movimentos e instituições sociais.

Os GES têm como objetivo principal problematizar a realidade vivida, propiciar aprendizagens e estimular a construção coletiva de alternativas favoráveis aos interesses dos(as) trabalhadores(as) que vivem, produzem e reproduzem qualidade de vida no campo. Nesse sentido, contribuem para retroalimentar os sonhos e a capacidade transformadora e libertadora da formação do MSTTR. Como afirma Arroyo:

Para a revitalização da teoria pedagógica, esse é o caminho mais fecundo, refletir sobre a condição humana, suas dimensões e virtualidades formadoras e deformadoras, humanizadoras ou desumanizadoras, presentes nos processos sociais e, sobretudo, nos movimentos de humanização e libertação. (ARROYO, 2003, p. 34-35).

O 12º Congresso reforçou o apoio político pedagógico à constituição de GES, tendo em vista sua importância para o trabalho de base, e orientou que estes se constituíssem em espaços permanentes do movimento junto à base. E, principalmente, investiu na articulação do aspecto formativo com o produtivo como estratégia de continuidade e fortalecimento dos GES para:

- a) estimular a participação das pessoas, aproximando o sindicato dos(as) trabalhadores(as) e os(as) trabalhadores(s) do sindicato;
- b) debater sindicalismo com as lideranças junto às comunidades rurais, refletindo sobre a importância do MSTTR, sua história, suas lutas, suas conquistas e seus símbolos;
- c) estimular a cultura do estudo e diálogos reflexivos entre dirigentes, lideranças e funcionários(as) dos STTRs, além da pesquisa sobre os temas político-sindicais em diálogo com as especificidades locais;
- d) oportunizar e estimular o estudo de temas fundamentais para a compreensão do projeto político do MSTTR e sua aplicabilidade na prática no meio rural;
- e) promover a multiplicação criativa das ações proativas, construindo estratégias de valorização das ações que fazem a diferença na vida das famílias do campo;
- f) qualificar o “fazer sindical” de dirigentes e funcionários(as) de associações, cooperativas e de sindicatos, além de estimular novas lideranças de base.

## A sistematização de experiências em processo

A sistematização de experiências em processo integra o Programa Latino-Americano de Sistematização (Plas). Ela contribui com a reflexão crítica sobre a trajetória, produz conhecimentos com os sujeitos da experiência e aponta novos caminhos e conteúdo para o processo formativo.

Essa prática faz parte da estratégia de comunicação e de construção do conhecimento a partir das vivências dos cursos e do trabalho de base que a Enfoc realiza juntamente com as federações e os sindicatos. Ela ocorre ao tempo que acontecem os processos formativos, o que permite aos educandos(as)-educadores(as) refletirem sobre sua aprendizagens e sua compreensão dos sentidos que os sujeitos compartilham (ou confrontam) aos tomá-los como objeto de reflexão e construção de novos aprendizados.

Nesse sentido, a sistematização das experiências aponta como a formação se torna importante para esses sujeitos, uma vez que, ao terem condições para refletir sobre si e sobre a realidade em que vivem, são motivados a transformar os espaços em que atuam, trazendo para si a responsabilidade de conhecer mais e melhorar as alternativas de desenvolvimento existentes, criando e recriando fazeres e saberes, envolvendo-se, cada vez mais, nos espaços sociais e políticos, com intervenções e proposições qualificadas a partir da realidade e dos interesses dos sujeitos ali existentes, sem perder de vista o projeto político do movimento — o PADRSS.

Através da sistematização que se comunica com a forma de atuação em rede, a prática pedagógica de construção coletiva do conhecimento, referenciada na educação popular, promove o fortalecimento da atuação da Rede de Educadores e Educadoras Populares, reorienta abordagens nos cursos da Enfoc, promove intercâmbios de experiências, contribui para a multiplicação criativa e retroalimenta a formação, a ação e a organização.

## Gestão política e pedagógica da Escola Nacional de Formação

A gestão da Enfoc, coerente com as deliberações das instâncias do MSTTR, se efetiva nos seguintes espaços:

- a)** Conselho Político Gestor – Trata-se de um colegiado ampliado, responsável pela interlocução, pela articulação e pela representação política. É composto por seis diretores(as) da executiva da Contag e um(a) representante de cada uma das cinco regionais da confederação, totalizando 11 pessoas. Ele se reúne, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Formação e Organização Sindical, sempre que há demandas administrativas e de gestão a serem revistas e encaminhadas. A responsabilidade do conselho é coordenar, animar orientar e monitorar a realização das atividades da Enfoc com base nas deliberações das instâncias do MSTTR (12º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2017).
- b)** Equipe Político-Pedagógica – Composta por uma pessoa de cada secretaria específica da Contag responsável pela articulação da PNF com os diversos processos formativos, interfaces entre as secretarias, contribuição nos cursos e elaboração das estratégias e matrizes pedagógicas. É responsável pela construção e pelo desenvolvimento do itinerário formativo, dos materiais didáticos, das programações metodológicas e dos assessoramentos aos cursos e colabora nos processos de sistematização formação da Rede de Educadores e Educadoras Populares.
- c)** Coordenações político-pedagógicas e Equipe Operativa – Têm caráter executivo, de elaboração, de articulações e de orientações a respeito do funcionamento da Enfoc. São formadas pelo(a) diretor(a) da Secretaria Nacional de Formação e Organização Sindical da Contag e pela equipe de formação. São responsáveis pelo funcionamento administrativo, financeiro e pedagógico da Enfoc; pela articulação e pela construção de interfaces com as secretarias específicas da Contag; e pela animação da Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc e do Coletivo Nacional de Formação e Organização Sindical.
- d)** Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc – Composta por educadores(as)-militantes que atuam no MSTTR responsáveis pela realização das atividades formativas nos diversos espaços, local/municipal, microrregional/regional e nacional, em consonância com a PNF e estratégia da Enfoc.

## Funcionamento

A Enfoc funciona nas dependências da Contag, em Brasília, em uma estrutura específica, devidamente equipada. Além de assessoria e funcionários(as) disponibilizados pela Contag, a Enfoc conta com uma Rede de Educadores e Educadoras Populares militantes e simpatizantes do movimento sindical e com professores(as) de universidades, organizações e movimentos parceiros que prestam consultorias e atuam como especialistas durante os processos formativos.

A Enfoc se consolidou como uma escola de formação política e se articula com outras escolas com as quais possuem afinidade político-pedagógica. Vem construindo parcerias com movimentos e instituições com a CUT, a CTB, o Dieese, o Ceaal, escolas e ONGs que atuam com educação popular.

# DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

---

Nocenário mundial brasileiro, qualquer que seja o caminho deverá passar pela agricultura familiar como uma das estratégias fundamentais para a superação dos desafios da pandemia e da pós-pandemia, pela sua capacidade de contribuir para a preservação ambiental, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, bem como a geração de ocupação e renda no espaço rural e urbano, entendendo que esses espaços se relacionam entre si das mais diferentes formas, conformando novas ruralidades.

O contexto atual exige entidades atuantes com forte organicidade e representatividade, mais bem estruturadas e com capacidade para organizar e defender os(as) trabalhadores(as) rurais agricultores(as) familiares, reafirmando e implementando o PADRSS em contraponto ao agronegócio e ao projeto ultraliberal.

O fortalecimento da relação das entidades sindicais e sua base é um dos principais desafios do sistema confederativo. Por isso, a ação e a prática sindical precisam estar voltadas para o trabalho de base, visando manter contato permanente com a categoria, obter um diagnóstico sobre as condições de vida e trabalho das famílias, auxiliar no processo produtivo e na obtenção de renda, atender às suas demandas por direitos e cumprimento de obrigações, bem como mobilizar e participar da luta sindical.

Isso implica reforçar o sentimento de pertencimento e a articulação entre as suas instâncias; rearticular a organicidade e a organização social, política e econômica de base; fortalecer o trabalho de base; redimensionar o processo formativo e as estratégias de comunicação; inovar e ampliar as estratégias e os instrumentos da sustentabilidade político-financeira; fortalecer a democracia interna; valorizar a autonomia dos sujeitos políticos que se traduzem mais do que na participação, e sim na construção efetiva da igualdade e democratização dos espaços de poder; bem como compreender o surgimento de novas identidades sociais e coletivas.

O fortalecimento dos novos espaços formativos por iniciativa das próprias federações e sindicatos — como mutirões; jornadas pedagógicas e sindicais; acampamentos; visitas a experiências agroecológicas; cursos em municípios, em polos/regionais sindicais e microrregião; intercâmbios; cursos específicos com mulheres, jovens e com trabalhadores(as) rurais da terceira idade, idosos e idosas — coloca-se como estratégico nesse diálogo com as bases.

Tendo em vista a importância dos GES para o trabalho de base no MSTTR, têm-se de mapear, criar e fortalecer esses grupos, visando à sua permanência nas bases, principalmente, investindo na articulação do aspecto formativo com o produtivo como estratégia de continuidade e manutenção deles.

Faz-se necessária a ampliação das TICs para todas as secretarias das Contag e Fetags, pois, se bem aplicadas, podem potencializar as ações de formação. São importantes instrumentos de comunicação para aproximar e articular ainda mais a prática sindical com a base dos sindicatos.

O uso dessas tecnologias demonstra que é possível utilizar essas ferramentas nas atividades intermódulos, do tempo comunidade, sem comprometer a matriz humanizadora da educação popular. Espera-se que essa experiência possa provocar outros processos formativos no MSTTR e que a Enfoc consolide, em seu itinerário, espaços e metodologias que incluam as TICs ao jeito de fazer formação da Enfoc, possibilitando, assim, que essa experiência alcance a base das entidades sindicais.

Aprimorar e ampliar a estratégia de educação popular com TICs para que as federações e os sindicatos consigam ter acesso e construam processos formativos próprios e articulados à concepção e à estratégia formativa da Enfoc. Cabe lembrar que a experiência da Enfoc com a plataforma Moodle tem mostrado que é possível utilizar essa ferramenta a favor da escola, desde que se aprimorem suas estratégias e se criem as condições para que educadores e educadoras da rede possam atuar com essa modalidade formativa (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES

E AGRICULTORAS FAMILIARES; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG, 2021).

Destaque-se, ainda, a contribuição nos debates sobre paridade e igualdade de participação entre homens e mulheres no MSTTR, na construção das ações de massa, no processo de reorganização sindical, na articulação internacional, em especial com a Coprofam, que possibilitou intercâmbios nos processos formativos e alianças entre as organizações que atuam com educação popular na América Latina. Ampliar e fortalecer a capacitação e a formação política e técnica do movimento sindical para apropriar-se e participar das agendas globais da agricultura familiar e monitorar a implementação dos acordos internacionais de livre comércio também é uma perspectiva importante para o fortalecimento das alianças e parcerias internacionais.



# REFERÊNCIAS

---

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? *Currículo sem Fronteiras*, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan.-jun. 2003.

BOGO, Ademar. *A mística: parte da vida e da luta*. Brasília: Enfoc, 2010. Mimeo.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 20 abr. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Informativo do 3º Enafor – 3º Encontro Nacional de Formação*. Brasília: Contag, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *PNF – Política Nacional de Formação*. Brasília: Contag, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. *Quem é a rede? A Rede de Educadores E Educadoras da Enfoc e sua prática*. Brasília: Enfoc/Contag, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG. *5º Enafor – Encontro Nacional de Formação: educação popular é resistir, é transformar*. Organização Raimunda Oliveira et al. Brasília: Contag, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES; ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG. *Rede de Educadores e Educadoras populares da Enfoc/Contag*. Brasília: Enfoc/Contag, 2016.

CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2004, *Luziânia. Declaração Final (versão plenária)* – Por uma política pública de educação do campo. Luziânia: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 3., 1979, *Anais [...]*. Brasília: Contag, 1979.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 5., 1991, *Anais [...]*. Brasília: Contag, 1991.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 6., 1995, *Anais [...]*. Brasília: Contag, 1995.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 7., 1998, *Anais [...]*. Brasília: Contag, 1998.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 8., 2001, *Anais [...]*. Brasília: Contag, 2001.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 9., 2005, *Anais [...]*. Brasília: Contag, 2005.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 10., 2009, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Contag, 2009.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 11., 2013, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Contag, 2013.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 12., 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Contag, 2017.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 13., 2021. *Anais [...]*. Brasília: Contag, 2021.

DELFANTE, Larissa Aparecida. Educação popular com tecnologias: a experiência da escola nacional de formação da Contag (Enfoc). In: LINS, Iara Duarte; MESA, Marbelis Gonzáles (Orgs.). *El Plas: tejiendo saberes, transformando prácticas sociales en América Latina y Caribe*. Brasília, DF: CEAAL, 2021. p. 15-41.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.

GRAMSCI, Antônio. *Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JARA, Oscar. Resignifiquemos as propostas e práticas de educação popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (org.). *Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009.

LINS, Iara; FALKEMBACH, Elza; OLIVEIRA, Raimunda de (Orgs.). *Multiplificação criativa: um entrelaçar de práticas e saberes*. Brasília: Enfoc/Contag, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-95.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MERREM, Alexandre Ribeiro Botelho; WATANABE, Célia Hissae; SILVA, Raimunda de Oliveira (org.). *Almanaque Enfoc: um fazer de muitas mãos*. Brasília: Enfoc/Contag, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo. Boitempo, 2002.

SILVA, Maria do Socorro. As práticas pedagógicas das escolas do campo: A escola na vida e a vida na escola. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica (org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.

SUESS, Paulo. *Elementos para a busca do Bem Viver (Sumak Kawsay) para todos e sempre*. [S. l.]: Conselho Indigenista Missionário, 2010. Disponível em: <https://cimi.org.br/2010/12/elementos-para-a-busca-do-bem-viver-sumak-kawsay-para-todos-e-sempre>. Acesso em: 20 abr. 2022.







**ENFOC**  **STTRs**  **FETAGs**  **CONTAG** 

Filiada à:



**DiEESA**